

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLOGIA PAULA SOUZA
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFº IDIO ZUCCHI
TÉCNICO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Andrey Roque Dourado
Andreza Lourdes Silva Garcia Ávila Azevedo
Grazielli Loisi de Oliveira
Samuel Messias Tenório da Silva**

**CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES: Educação Inclusiva em âmbito escolar e
familiar no Ensino Fundamental 1**

Bebedouro/SP

2024

**Andrey Roque Dourado
Andreza Lourdes Silva Garcia Ávila Azevedo
Grazielli Loisi de Oliveira
Samuel Messias Tenório da Silva**

CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES: Educação Inclusiva em âmbito escolar e familiar no Ensino Fundamental 1

Apresentação de artigo científico para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado à Etec Profº Idio Zucchi, em Bebedouro (SP), do Centro Estadual de Educação Tecnológico Paula Souza, como requisito para a conclusão do curso técnico em Serviços Públicos. Orientador: Osvaldo Adrega de Moura Junior.

Bebedouro/SP

2024

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, principalmente, por ter nos acompanhados durante toda nossa jornada, proporcionando-nos muita força, fé e coragem para chegarmos até aqui. Agradecemos a instituição e seu corpo docente, direção, administração e aos demais funcionários que auxiliaram e ajudaram durante esse período. Aos nossos professores, pelas orientações, apoio e confiança disseminados ao longo desse tempo.

Ao nosso orientador, Osvaldo Junior, pelo apoio, orientação e incentivo, e a todos os professores, de modo geral, por proporcionarem o conhecimento, não apenas de caráter racional, mas também pela efetividade da educação no processo de formação educacional.

Aos amigos, companheiros de jornada ao longo desse período de formação e que, com certeza, continuarão presentes em nossas vidas.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da nossa formação, o nosso muito obrigado.

RESUMO

A inclusão representa uma forma de integrar diferentes indivíduos dentro de um mesmo grupo social. E, para melhor desenvolvimento pessoal, a educação escolar é uma grande base para essa evolução. No entanto, é necessário compreender as necessidades e particularidades de cada aluno, bem como promover a integração entre familiares e docentes. O objetivo deste trabalho é analisar como uma capacitação adequada pode auxiliar professores e alunos em diversas situações dentro e fora da sala de aula. Para tanto, será verificada a importância do acompanhamento psicológico e a realização de pesquisas sobre o suporte ao professor para melhor integração com a família dos discentes. A inclusão implica uma mudança nas políticas e projetos educacionais, passando de um sentido excludente para um inclusivo. É fundamental respeitar a individualidade dos alunos, promovendo atividades em grupo que mesquem a turma e campanhas em prol da diversidade na escola.

Palavras chaves: Professor. Inclusão. Educação Inclusiva. Capacitação de professores. Integração familiar. Psicologia. Diversidade na escola. Artigo Científico.

ABSTRACT

Inclusion represents a way of integrating different individuals within the same social group. And, for better personal development, school education is a great basis for this evolution. However, it is necessary to understand the needs and particularities of each student, as well as promoting integration between family members and teachers. The objective of this work is to analyze how adequate training can help teachers and students in different situations inside and outside the classroom. To this end, the importance of psychological support and research on teacher support for better integration with the students' families will be verified. Inclusion implies a change in educational policies and projects, moving from an exclusionary direction to an inclusive one. It is essential to respect the individuality of students, promoting group activities that mix the class and campaigns in favor of diversity at school.

Keywords: Teacher. Inclusion. Inclusive Education. Teacher Training. Family Integration. Psychology. Diversity in School. Scientific Article.

Sumário

1. Introdução	8
2. Erro! Indicador não definido.	
2.1 Empatia: compreendendo a igualdade e a diferença	10
2.2 Educação Inclusiva	10
2.3 Educação Inclusiva no Ensino Fundamental	11
2.4 A realidade da educação inclusiva no Brasil	11
3. Legislação e políticas públicas	14
3.1 Legislação	14
3.2 Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva	15
4. Planejamento de sala de aula inclusiva	17
4.1 O papel da escola quando há hipótese de diagnóstico de deficiência	17
5. Adaptação Curricular	19
5.1 Para atender a necessidades especiais comuns em alunos com deficiência visual	20
4.2 Para atender a necessidades especiais comuns em alunos com deficiência auditiva	21
5.3 Para atender a necessidades especiais comuns em alunos com deficiência física	22
5.4 Para atender as necessidades especiais comum de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	22
5.5 Para atender as necessidades especiais comuns de alunos com altas habilidades/superdotação.	24
5.6 Adaptação de objetivos	25
5.7 Adaptações do método de ensino e da organização didática	27
5.8 Adaptação do processo de avaliação	27
6. A importância da comunicação para o desenvolvimento infantil	29
6.1 Comunicação Alternativa: métodos e ferramentas	29
6.2 Formação de profissionais da educação	30
6.3 Perspectiva e experiências dos pais e cuidadores	31
7. Tecnologia Assistiva	33
8. Colaboração com profissionais de apoio: psicólogos escolares, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e intérpretes de libras	41
8.1 Fonoaudiólogos	41

8.2 Psicólogos	41
8.3 Terapeutas ocupacionais	42
8.4 Intérprete de Libras	42
8.5 Professor de apoio	44
9. Como capacitar professores para uma Educação Inclusiva	45
9.1 Educação Inclusiva e formação docente	45
10. A importância da formação continuada do educador no contexto educacional especial/inclusivo	48
11. Exemplos de projetos de implementação de capacitação de professores	51
11.1 Projeto de implementação da educação inclusiva (Colégio Estadual 11 de Agosto)	51
11.2 Projeto de capacitação de professores (ABREI)	52
12. Estudos de caso	54
12.1 Pesquisa realizada através da plataforma Google Forms	54
12.2 Entrevista	56
13. Considerações finais	64

1. Introdução

A educação no Brasil, conforme estabelece a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é de responsabilidade da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, aos quais cabe administrar e estruturar seus próprios sistemas educacionais. Cada um desses sistemas educacionais públicos é responsável pela sua própria manutenção, gestão de fundos, bem como mecanismos e fontes de recursos financeiros (Wikipedia, 2020).

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal, a educação é direito de todos e responsabilidade do Estado e da família, com incentivo e colaboração da sociedade, garantindo o desenvolvimento da pessoa, sua capacidade para o pleno exercício da cidadania e sua preparação para ingressar no mercado de trabalho.

Globalmente, o compromisso do país em promover a educação inclusiva emergiu após a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em Salamanca, Espanha, em junho de 1994. Neste evento, foi elaborado o documento conhecido como Declaração de Salamanca, delineando princípios, políticas e práticas relacionadas às necessidades educacionais especiais. A Declaração insta os países signatários, incluindo o Brasil, a garantir que “a educação das pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional” (Wikipedia, 2020).

De acordo com o artigo 54, inciso III da Lei nº 8.069/90 (ECA), garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, é dever do Estado.

Da mesma forma, o artigo 28, inciso IX da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) atribui ao poder público a responsabilidade de garantir, criar, desenvolver, implementar, incentivar, monitorar e avaliar a implementação de medidas de apoio que promovam o avanço dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, considerando o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do aluno com deficiência.

Porém, para que isso realmente aconteça, é necessária uma formação adequada dos professores e o apoio de profissionais especializados. Portanto, o artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, inciso III, estabelece:

“Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.”

O objetivo deste presente trabalho é a implantação da educação inclusiva, juntamente a capacitação dos professores, no Ensino Fundamental 1, que são os anos escolares iniciais das crianças, enfatizando a formação de professores juntamente com o apoio familiar.

Utilizando uma abordagem interdisciplinar que inclui análise jurídica, revisão de literatura e estudos de caso, serão disponibilizados, conforme disposto no artigo 59, inciso I: “Currículos, métodos, técnicas, recursos educacionais e organização específicos para atender às suas necessidades.”

Este trabalho contribuirá para uma compreensão mais profunda de como a educação inclusiva é essencial para o desenvolvimento integral do indivíduo e o fortalecimento da democracia brasileira.

2. Diversidade e inclusão nas escolas

2.1 Empatia: compreendendo a igualdade e a diferença

Todos nós sabemos que cada indivíduo é diferente um do outro, que cada um possui seus próprios desejos, crenças, habilidades, valores, entre outros. Por isso, a empatia é uma forma de compreendermos, respeitarmos e colocarmos-nos no lugar de outra pessoa, e entendermos as suas diferenças.

Entender as possíveis dificuldades e desafios que o outro ser, diferente de nós, está enfrentando, também é uma forma de demonstrar empatia. Para que isso se torne algo habitual de todo ser humano, é necessário que essa compreensão da existência da diversidade seja inserida ainda quando criança, tanto no convívio familiar quanto nas escolas.

É a partir dessa fase, que a criança entenderá que existem outras realidades além da sua, e que algumas pessoas podem ser “excluídas” da sociedade, como por exemplo aquelas que possuem algum tipo de deficiência ou transtorno. E para que se evite esse tipo de situação é necessário que essas pessoas se sintam incluídas no convívio social.

Portanto, as escolas, são uma grande oportunidade dessas crianças e adolescentes com deficiência ou algum tipo de transtorno, começarem a se inserir no mundo de forma equitativa.

2.2 Educação Inclusiva

Para que haja a inserção de crianças com deficiência dentro do ensino regular, é de extrema importância que se tenha uma formação especializada dos professores. Por isso, a educação inclusiva tem como público-alvo alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades, visando a equidade e os direitos de cada pessoa.

A educação inclusiva foi implementada pelo MEC em 2003. Apesar de ser um recurso fundamental, a iniciativa trouxe com ela uma série de desafios, que ainda hoje estão presentes, passados 16 anos da implementação do projeto. (Unifae, 2020).

Para o PNE (Plano Nacional de Educação), a educação inclusiva é direcionada para educandos com deficiências (intelectual, física, auditiva, visual e

múltipla), Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades. (Rodrigues, 2017)

De acordo com a Lei nº 13.146/2015 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

“Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;”

2.3 Educação Inclusiva no Ensino Fundamental

De acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), o ensino fundamental é a fase mais longa de um estudante, com duração de 9 anos, entre os 6 e 14 anos. Portanto, ao longo desse período, crianças e adolescentes passam por diversas mudanças físicas, sociais, cognitivas, emocionais, afetivas, entre outros.

O Censo Escolar 2021 informa que cerca de 26,5 milhões de alunos estão matriculados no ensino fundamental, onde ela é dividida entre o fundamental 1 (anos iniciais) e fundamental 2 (anos finais). (Plataforma AZ,2021).

Durante esse período as crianças e adolescentes, passam por diversas mudanças no seu desenvolvimento, que afetam o seu pessoal, e no convívio com outras pessoas. Conforme indicado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), os alunos com maior desenvoltura e autonomia se tornam seres mais independentes e conseguem interagir melhor com o ambiente em sua volta. Se possuem conhecimento a mais de leitura e fazer contas, conseguem participar bem do mundo das letras e aprender coisas novas, tanto na escola como fora dela. (BNCC, 2016, p. 54).

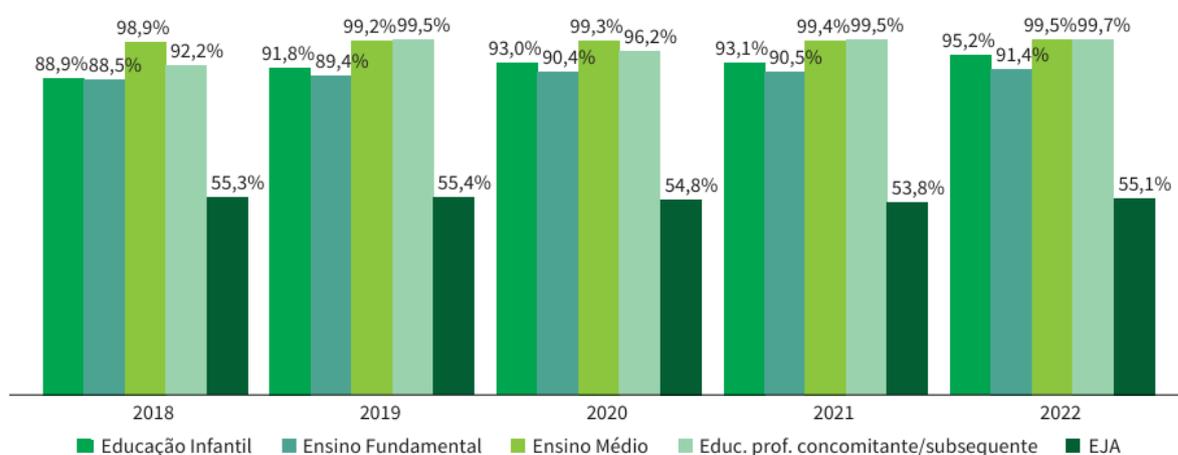
2.4 A realidade da educação inclusiva no Brasil

No Brasil, todo aluno com deficiência tem o direito de estar matriculado em uma escola regular, mas algumas vezes é necessário que ele precise frequentar uma escola especial para receber o Atendimento Educacional Especializado (AEE). (Rodrigues, 2017).

De acordo com Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Sorocaba- IFSP (2024), o AEE tem como objetivo criar, desenvolver e implantar recursos pedagógicos e de acessibilidade, visando remover barreiras que impeçam a participação de todos os alunos no processo de aprendizagem, levando em consideração as necessidades educacionais específicas, ao invés de focar apenas em suas deficiências. Através desse ensino complementar, o aluno adquire mais autonomia e independência na escola, no convívio familiar e no mundo “a fora”.

O Censo Escolar da Educação Básica (2022) informa que a quantidade de alunos matriculados com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades, tem aumentado gradativamente nas diferentes etapas de ensino. Exceto pela EJA (Educação de Jovens e Adultos), cerca de 90% dos alunos estão em classes comuns em todas as etapas da educação básica no ano de 2022. A etapa em que se encontra a maior porcentagem de alunos incluídos, e que aumentou durante o período de 2018 a 2022, é na educação profissional subsequente/ concomitante, com 99,7% em 2022.

Gráfico 1: Percentual de alunos matriculados com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento ou altas habilidades que estão incluídos em classes comuns, segundo a etapa de ensino- Brasil- 2018-2022



Fonte: Censo Escolar (2022)

Portanto, para os alunos com deficiência, as escolas especiais ou Centros de Atendimento Educacional Especializado se tornam um complemento de apoio às escolas comuns. E essa parceria está prevista pelo MEC na Política Nacional de Educação Especial. (Rodrigues, 2017).

3. Legislação e políticas públicas

3.1 Legislação

A Lei Nº 9394 que estabelece a Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é aquela que organiza e define todo sistema educacional brasileiro, desde a preparação até o funcionamento.

Logo no art. 4º, inc. III, estabelece que é dever do Estado, em relação às escolas públicas, garantir atendimento educacional e gratuito aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em todas as etapas e modalidades na rede regular de ensino.

Assim como está previsto no 4º parágrafo do artigo 239, da Constituição do estado de São Paulo, cabe ao poder público adequar os prédios das escolas de forma que se torne mais acessível para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, evitando barreiras e obstáculos nesses espaços.

De acordo com a Lei brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), art. 27, a educação é algo de direito a pessoa com deficiência, ela deverá garantir o máximo desenvolvimento das habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, conforme cada característica, interesse e necessidade de cada pessoa. Além disso é dever do Estado, da família, da escola e da comunidade responsabilizar-se por uma educação de qualidade as pessoas com deficiência, evitando a violência, a negligência e a discriminação.

Com o passar dos anos foi ficando cada vez mais comum a frequência de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em escolas regulares. Por outro lado, os professores ainda não possuem um preparo mínimo para lidar com essas crianças.

Entretanto, para que a inclusão aconteça é necessário que os professores estejam preparados; por isso está previsto na lei 9394/96, no art. 87, inc. III, que é dever do distrito federal, estados e municípios promover programas de capacitação a todos os professores, sejam presenciais ou a distância.

Algo que pode auxiliar na formação desses alunos com deficiência é a parceria entre as instituições e as escolas comuns, juntamente ao apoio familiar.

Isso também inclui na criação de projetos que possam colaborar tanto nas salas de aulas, quanto na formação continuada dos professores.

3.2 Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

A regulamentação que auxilia o sistema educacional do Brasil, é chamada de Plano Nacional de Educação. É nesse documento que estão descritas todas as funções, metas e propostas, por exemplo, a respeito da educação especial e do atendimento educacional especializado (AEE), orientando os alunos e professores a respeito da utilização desses recursos nas escolas de ensino regular. (Itard,2017)

Porém, de acordo com o Centro de Referências em Educação Integral (2022) esse já era um direito garantido pela Constituição Federal, que ganhou impulso após o ano de 2007, através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, no ano de 2020, foi publicado o decreto nº 10.502/20, que estabelece a Nova Política de Educação Especial, que orienta aqueles alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades a frequentarem escolas e salas especiais. Essa medida auxilia no desenvolvimento do processo de inclusão. (Centro de Referências em Educação Integral (2022)

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Alana (2019) referente ao que as pessoas pensam sobre educação inclusiva aponta que 76% concordam que crianças e adolescentes com e sem deficiência aprendem mais estudando em conjunto, e 86% afirmam que a educação se torna melhor quando se há escolas inclusivas. Ou seja, a população acredita que não se deve mais existir escolas separadas para pessoas com deficiência, e que elas devem também frequentar o ensino comum gerando assim uma oportunidade de se aprender mais com a diversidade.

Porém, ainda se faz necessária a criação de uma política pública que vise cada vez mais a consideração por esses estudantes e a garantia dos seus direitos, além de uma capacitação adequada para os professores.

O primeiro passo para que a inclusão aconteça nas escolas é a matrícula, possibilitando assim, a permanência, a aprendizagem e participação plena com os demais estudantes. (Centro de Referências em Educação Integral (2022).

Portanto, para o Estado, é necessário que 100% das crianças e adolescentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades estejam matriculados em escolas regulares, não só por direito, mas também porque a

educação inclusiva é benéfica para todos. (Centro de Referências em Educação Integral (2022)).

4. Planejamento de sala de aula inclusiva

Esse período do planejamento escolar marca o melhor momento para envolver todos os atores do processo educacional na definição de objetivos e estratégias para os próximos meses. Muito mais do que determinar os conteúdos das disciplinas, é hora de repensar a escola, seu papel e sua missão. Nesse cenário, a chegada de novos alunos com deficiência – com ou sem um laudo médico fechado – acentua a importância e a urgência de reinventar as práticas pedagógicas. (Diversa,2018)

No contexto da educação inclusiva, o planejamento pedagógico deve ser contínuo e colaborativo. Ao mesmo tempo, tem que valorizar os interesses e atender às necessidades de cada aluno. Trata-se de pensar em aulas desafiadoras para todos, com formas diversas de apresentar e explorar o currículo. (Diversa,2018)

4.1 O papel da escola quando há hipótese de diagnóstico de deficiência

No início do ano letivo, com os primeiros contatos com os novos estudantes e suas famílias, é comum que os professores ou a equipe pedagógica comecem a suspeitar de alguma deficiência ou transtorno não informados anteriormente. Nesses casos, a busca por um diagnóstico para confirmar essa suspeita é uma preocupação legítima, visando garantir os direitos do aluno. No entanto, é importante ressaltar que essa não deve ser a única ação tomada pela escola (Paganelli, 2018)

Além disso, é necessário ficar atento aos possíveis sinais. Como por exemplo, para alunos com transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação, devem-se observar a forma de se comunicar, de se alimentar, de se vestir e de como se interagem com os demais colegas de classe.

Todos têm o direito de ser quem são. Portanto, particularidades relacionadas ao diagnóstico dos estudantes, não devem ser rejeitadas ou negadas. E a melhor forma de garantir a participação e a igualdade dentro da sala de aula é conhecer esse aluno particularmente. (Paganelli, 2018).

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o art. 14 inc. IV:

“IV - Oferta de rede de serviços articulados, com atuação intersetorial, nos diferentes níveis de complexidade, para

atender às necessidades específicas da pessoa com deficiência.”

Mesmo que seja crucial, a falta de conhecimento do diagnóstico não deve impedir a inclusão dos alunos, independente de suas deficiências ou características. O foco inicial é conhecer bem o aluno, sem se preocupar com a existência de um diagnóstico de deficiência. (Paganelli,2018)

E, se acaso houver a informação de um diagnóstico do aluno, é necessário que os responsáveis também auxiliem os professores sobre as necessidades e particularidades de seus filhos. Assim facilita o processo de aprendizagem e estabelece um vínculo entre docentes e familiares.

5. ADAPTAÇÃO CURRICULAR

A Lei 13.146/15, no art. 28, inc. III, estabelece que é dever do Estado desenvolver projetos pedagógicos que incluam atendimento educacional especializado, além de outros serviços e adaptações necessárias, para atender às necessidades dos estudantes com deficiência, garantindo seu pleno acesso ao currículo em igualdade de condições e promovendo sua autonomia.

Logo em seguida, no inc. V, também diz que é dever do poder público, criar medidas individuais e coletivas em ambientes que promovam o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, facilitando o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem nas instituições de ensino.

De acordo com o MEC (2003), as adaptações curriculares representam oportunidades educacionais para lidar com cada dificuldade de aprendizagem de cada aluno. São necessárias para se adequar às características individuais dos alunos com deficiência, personalizando o currículo padrão. Não se trata de criar um currículo totalmente novo, mas sim de um currículo flexível, adaptável e sujeito a modificações, de modo a garantir que atenda efetivamente a todas as necessidades dos educandos.

Segundo o projeto Escola Viva (2002), em parceria com o MEC, uma das primeiras obrigações dos professores é a adaptação do espaço, para garantir o acesso de todos os alunos ao conhecimento que ele deve compartilhar. Essas adaptações podem ser fundamentais para permitir, por exemplo, que alunos com dificuldades de locomoção ou com deficiência visual, possam se movimentar com segurança pela sala de aula. Isso inclui acessar materiais no armário, interagir com o professor, mesmo quando ele está distante, ou se juntar aos colegas para atividades em grupo.

Para atender as necessidades individuais de um aluno, as atividades adaptadas são uma tarefa ou exercício que permitem o acesso, a participação e progresso curricular desse aluno. Elas podem surgir conforme a variedade das necessidades, sejam elas físicas, emocionais, sensoriais, cognitivas e linguísticas; garantindo independência e ganho de habilidades de forma equitativa. Ou seja, adaptar atividades para serem realizadas independentemente não é apenas sobre torná-las acessíveis, mas também sobre fomentar autonomia, desenvolver

habilidades para a vida e preparar os alunos para um futuro de sucesso e independência. (Rodrigues, 2023)

A seguir algumas sugestões de como pode ser introduzida as adaptações curriculares de acordo com cada deficiência que o aluno pode apresentar:

5.1 Para atender a necessidades especiais comuns em alunos com deficiência visual

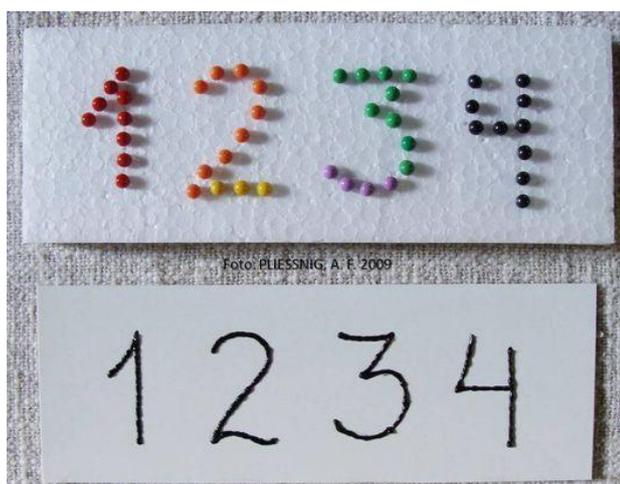
Existem várias formas de auxiliar um aluno com deficiência visual dentro de sala. Uma delas, por exemplo, é a distribuição dos mobiliários, como mesa, cadeiras e armários, de forma que facilitem a locomoção e o deslocamento desse aluno onde ele possa fazer seu próprio mapeamento de onde está cada objeto.

Outra forma, é posicioná-lo em um lugar que favoreça sua possibilidade de ouvir o professor, e que ele dê explicações verbais e diretas sobre todo o conteúdo abordado.

Além disso, também pode-se experimentar estratégias diferenciadas para trabalhos e provas práticas, estimulando a imaginação e a criatividade através dos outros sentidos (tátil, auditivo, olfativo e gustativo). (Nupi,2012)

Alguns exemplos são a utilização de vários objetos de diferentes tamanhos, texturas e formatos para que todos os alunos tentem identificá-los sem vê-los, gerando assim uma interação do aluno com deficiência visual com o restante da sala.

Foto 1- Reconhecendo símbolos através do tato



Fonte: Portal do Professor- MEC (2009)

O professor deve sempre lembrar de sempre manter o ambiente livre de ruídos, pois é através da audição que o aluno com deficiência visual compreende o que está acontecendo em sua volta. (Nupi,2012)

4.2 Para atender a necessidades especiais comuns em alunos com deficiência auditiva

O aluno com deficiência auditiva não pode usar a audição para receber e responder aos estímulos da comunicação social. Por isso, ele depende de um código linguístico visual para acessar o conhecimento. Sem esse código, ele só pode perceber as características físicas dos objetos, não os conceitos associados a eles. A comunicação é fundamental para entender o significado dos objetos e fenômenos sociais, ajudando-os a saber o que são, para que servem e como usá-los. (Projeto Escola Viva, 2002).

Por isso, a primeira língua da criança com deficiência passa a ser a língua constituída de sinais, como conhecida nacionalmente, LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e a segunda, o português escrito. Devido ao fato de o processo de aprendizagem ser mediado pela linguagem, essa forma de comunicação é algo que, aqueles que ensinam, precisam ter algum conhecimento a respeito.

Como diz a Lei 14191/2021, no art. 60-A, parágrafo 2, a educação bilíngue para as pessoas com deficiência auditiva terá início logo no início de vida, na educação infantil e continuará ao longo de toda sua vida. E como especifica o parágrafo 1, quando necessário este aluno receberá o apoio educacional especializado bilíngue.

Aprender a língua portuguesa é importante para o aluno surdo no Brasil, pois é uma forma de acessar o conhecimento organizado. No entanto, essa não deve ser a única opção disponível. Tanto a forma oral quanto a escrita da língua portuguesa devem ser oferecidas, mas sem imposição ou automatização, especialmente na educação infantil. (Projeto Escola Viva, 2002).

No entanto, é importante lembrar que, se o aluno surdo não teve a oportunidade de aprender a língua oral durante a educação infantil e está atrasado em relação à sua série, deve-se priorizar o uso da língua de sinais e da língua portuguesa escrita. Isso faz com que ele crie uma estrutura gramatical diferente, que

aparece em suas atividades escritas. Portanto, essa diferença deve ser considerada ao avaliar a produção escrita de alunos surdos. (Projeto Escola Viva, 2002).

Destacar esses aspectos diferenciados nas produções escritas dos surdos não exime o professor de fazer as correções necessárias. É importante reforçar o modelo correto com exercícios complementares significativos, dentro ou fora da sala de aula. A avaliação deve respeitar o progresso individual do aluno surdo, levando em conta seu estágio inicial no processo educativo. (Projeto Escola Viva, 2002).

5.3 Para atender a necessidades especiais comuns em alunos com deficiência física

Assim como os alunos com deficiência visual, aqueles com deficiência física, também necessitam de um ambiente adaptado e bem distribuído para que possam se locomover com mais facilidade, especialmente aqueles que utilizam cadeiras de rodas, bengalas, andadores etc.

Além disso, existem diversos tipos de deficiências físicas, como por exemplo, a paraplegia, que é a perda total da função motora; a monoplegia, perda parcial das funções motoras de um só membro (podendo ser superior ou inferior); Tetraplegia: perda total das funções motoras dos membros superiores e inferiores; amputação; nanismo, entre muitas outras. (Dias, 2017)

Portanto as atividades desenvolvidas pelos professores, além de didáticas, devem se ajustar de acordo com cada necessidade, promovendo a inclusão. Além das adaptações dentro de sala de aula, é necessário que as escolas também sejam acessíveis a esses estudantes, como rampas, banheiros adaptados, sinalização, elevadores se acaso houver andares superiores, entre outros.

5.4 Para atender as necessidades especiais comum de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista na sala de aula exige adaptações e estratégias específicas, mas traz benefícios para todos: professores, alunos e famílias. Esta inclusão apresenta novos desafios devido à diversidade do espectro autista, com variações nos sintomas, gravidade e características das crianças. Por isso, é crucial conhecer cada aluno individualmente e manter uma

comunicação aberta com a família e os profissionais que o atendem fora da escola. (NeuroSaber, 2020)

Imagem 1- Fita símbolo do autismo



Fonte: Wikipédia, 2024

O mundo pode ser confuso e causar ansiedade nas crianças, especialmente nas com transtorno do espectro autistas. Por isso, elas se sentem confortáveis com uma rotina previsível e estável. A estrutura da escola é ideal para isso, mas é importante deixar sua rotina diária clara para elas. (Autismo em Dia, 2022).

Criar um cronograma visual é um método eficaz e amplamente utilizado para isso. Você pode usar imagens e palavras simples em ordem cronológica para descrever as atividades e transições do dia do aluno. Esse auxílio visual proporciona à criança uma sensação de segurança e serve como um lembrete para aqueles que a apoiam. (Autismo em Dia, 2022).

Descubra se seu aluno responde melhor a estímulos visuais ou auditivos, como ele interage com você e com os demais colegas, e mantenha uma rotina diária consistente, criando um padrão na forma de cumprimentá-lo e se dirigir a ele para ajudar a evitar a ansiedade. (NeuroSaber, 2020).

Antes das aulas começarem, peça aos familiares da criança com transtorno do espectro autista que a levem para conhecer os ambientes da escola. Isso a deixará mais tranquila e familiarizada com o espaço quando as aulas iniciarem. (NeuroSaber, 2020).

Algumas crianças com transtorno do espectro autista são hipersensíveis a ruídos altos e certos sons podem incomodá-las. É recomendável pedir aos pais que a

levem à escola um pouco antes das outras crianças chegarem, para que ela possa se acostumar gradualmente com os ruídos do ambiente. (NeuroSaber, 2020).

Crianças com transtorno do espectro autista podem ter interesses específicos e mostrar fascínio por determinados temas. Use esses interesses nas atividades em sala de aula para atrair a atenção do aluno autista e ajudar na sua concentração nas tarefas. (NeuroSaber, 2020).

Fazer diferenciações de conteúdo não favorece a inclusão do aluno autista na sala de aula, mas prejudica a interação com outras crianças e diminui a sua motivação para a aprendizagem.

5.5 Para atender as necessidades especiais comuns de alunos com altas habilidades/superdotação.

No campo da educação inclusiva, é muito importante dar atenção a aqueles alunos frequentemente negligenciados: aqueles com altas habilidades. Esses estudantes, com talentos notáveis e com elevado potencial intelectual, necessitam de uma abordagem educacional diferenciada que atenda às suas necessidades específicas.

Antes da criação de atividades adaptadas, é necessário conhecer os tipos de habilidades que os alunos com altas habilidades podem possuir, e algumas vezes são mais de uma. De acordo com o Instituto Nacional de Ensino (INE, 2024) dentre elas temos:

Intelectual/cognitiva: caracterizado por um alto nível de inteligência, raciocínio lógico, pensamento crítico e habilidades de resolução de problemas.

Artística: habilidades em áreas artísticas, como música, dança, pintura, escultura, teatro ou escrita criativa.

Criatividade: Capacidade de gerar ideias originais, inovar em diversos campos e pensar de maneira divergente.

Matemática e Ciências: Talentos excepcionais em disciplinas como Matemática, Física, Química, Biologia ou outras ciências.

Liderança: Habilidades excepcionais de liderança, incluindo a capacidade de influenciar e inspirar os outros.

Habilidades sociais/emocionais: Avançadas habilidades sociais e emocionais, como empatia, compreensão emocional e comunicação.

Habilidades esportivas: Talentos excepcionais em esportes ou atividades físicas.

Habilidades técnicas: Aptidão excepcional em áreas como programação, robótica ou outras habilidades técnicas.

Habilidades linguísticas: Capacidade excepcional de aprender línguas estrangeiras ou se destacar na análise linguística.

Música: Habilidade musical manifestada na execução de instrumentos, composição ou canto.

De acordo com o Instituto Inclusão Brasil (2022), os alunos com altas habilidades podem ter desempenho excelente em algumas áreas e médio ou baixo em outras, dependendo do tipo de habilidade/superdotação. Há também aqueles que, apesar de serem habilidosos/superdotados, têm rendimento escolar abaixo do esperado e precisam de atenção especial. Esses alunos muitas vezes mostram falta de interesse e motivação para os estudos e a rotina escolar, além de dificuldades de integração com os colegas, o que pode levar a problemas de aprendizagem e adaptação na escola.

Por isso, o cronograma deve ser flexível e acompanhar o ritmo de aprendizagem do aluno, permitindo que ele avance no seu próprio tempo. (INE, 2024)

Durante a infância e adolescência, o aluno com altas habilidades/superdotação pode se sentir confuso ou desanimado pela forma como os outros o percebem, já que sua precocidade pode parecer estranha para eles. Uma imagem negativa de si mesmo pode fazê-lo se sentir "fora do padrão," o que pode ser prejudicial, a menos que ele se veja como competente. É essencial que ele se veja, desde cedo, como alguém capaz de criar ideias e produções, e que se sinta satisfeito consigo mesmo para desenvolver plenamente seus talentos e habilidades. (Instituto Inclusão Brasil, 2022)

Alunos com altas habilidades podem enfrentar desafios sociais e emocionais, como isolamento e perfeccionismo. Portanto, o ideal é que se proporcione apoio através de orientação e aconselhamento. (INE, 2024)

5.6 Adaptação de objetivos

Estas adaptações referem-se aos ajustes que o professor pode fazer nos objetivos pedagógicos do seu plano de ensino para adequá-los às necessidades do aluno com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação.

O professor pode priorizar certos objetivos para atender melhor às necessidades do aluno. Isso pode significar investir mais tempo ou usar uma maior variedade de estratégias pedagógicas para alcançar esses objetivos prioritários, em vez de outros menos importantes. A decisão de quais objetivos priorizar deve ser baseada no conhecimento que o aluno já tem e na importância desses objetivos para o seu desenvolvimento e aprendizagem. (Projeto Escola Viva, 2002)

Foto 2- Engrossador em Disco



Fonte: Mercur, 8 set. 2021

Uma mão feminina segura um Engrossador em discos que está acoplado a um lápis e sobre uma folha em branco. O Engrossador em discos são pedaços de borrachas cilíndricas que podem ser combinadas nos objetos. No centro, há um orifício onde é acoplado o lápis, de forma que a pessoa segura o engrossador e o lápis fique na vertical para que ela consiga escrever.

Foto 3- Tesoura adaptada para crianças dificuldade coordenação motora



Fonte: Terapia Ocupacional Infantil, 29 ago. 2010.

5.7 Adaptações do método de ensino e da organização didática

É necessário que o professor considere cada forma única de aprendizagem de cada aluno, pois só assim, ele será capaz de adaptar seus métodos de ensino.

Para atender às necessidades educacionais especiais, pode ser necessário mudar os métodos de ensino, incluindo atividades alternativas ou complementares às planejadas originalmente. Por exemplo, ao planejar um objetivo de ensino, o professor pode usar um álbum de folhas para mostrar os tipos de informações que deseja ensinar. (Projeto Escola Viva, 2002)

Para alunos com baixa audição ou que usam próteses auditivas, por exemplo, o professor deve verificar se o aluno está usando a prótese corretamente. Alunos com deficiência mental podem precisar tanto de atividades alternativas quanto complementares.

Essas adaptações só serão eficazes se o professor prestar atenção às necessidades individuais de cada aluno. Usar atividades com diferentes graus de dificuldade pode permitir que alunos em diversos níveis de desenvolvimento e conhecimento participem e se expressem. (Projeto Escola Viva, 2002).

Outra adaptação no método de ensino é ajustar o nível de complexidade das atividades. Nem todos os alunos conseguem entender um conteúdo sem que ele seja apresentado passo a passo, com o ritmo ajustado para cada aluno. (Projeto Escola Viva, 2002).

5.8 Adaptação do processo de avaliação

Outra adaptação necessária para atender às necessidades educacionais dos alunos, de acordo com o Projeto Escola Viva (2002), é a modificação do processo de avaliação, incluindo técnicas e instrumentos utilizados.

- Utilização de diferentes métodos de avaliação, adaptando-os aos estilos e formas de expressão dos alunos.
- Permissão de que um aluno com movimentos limitados nos braços e mãos use um livro de signos para se comunicar, em vez de exigir que escreva com lápis ou caneta.
- Permissão que um aluno cego faça suas avaliações em braile e que depois leia suas respostas oralmente para o professor.

- Nas provas escritas de alunos surdos, deve se considerar o estágio em que estão na aquisição da língua portuguesa como segunda língua.

Além disso se faz necessário:

- Que o professor esteja sempre atento ao aluno para identificar os conhecimentos que ele já possui e suas necessidades educacionais.
- Que o professor use sua criatividade para criar formas alternativas de ensino que atendam às necessidades identificadas.
- Que o professor utilize a avaliação continuamente para identificar o que precisa ser ajustado no processo de ensino.

6. A importância da comunicação alternativa para o desenvolvimento infantil

Ferreira (2008, p.77) argumenta que crianças com deficiências enfrentam desafios significativos de comunicação que podem afetar sua aprendizagem e desenvolvimento. As dificuldades não se limitam apenas à maneira como essas crianças se expressam, mas também como elas compreendem e são vistas pelo mundo. Isso ressalta a importância de adaptar métodos de comunicação para garantir que essas crianças tenham oportunidades iguais de aprendizagem. (*apud* RevistaFT, 2024, v. 8, ed. 130.)

Santos (2010) destaca a importância da comunicação para a inclusão social e educacional. Ele aponta que a habilidade de se comunicar é fundamental para que crianças com deficiências sejam incluídas tanto na escola quanto na sociedade. Sem métodos de comunicação adequados, essas crianças correm o risco de se isolarem e serem excluídas nos ambientes escolares e sociais. (*apud* RevistaFT, 2024, v. 8, ed. 130.)

Desenvolver habilidades de comunicação em crianças, particularmente naquelas com deficiências, é crucial para seu desenvolvimento completo e inclusivo na sociedade. Esta abordagem ressalta a importância de adotar estratégias educacionais inclusivas que reconheçam e atendam às diversas necessidades de comunicação de todos os alunos.

6.1 Comunicação Alternativa: métodos e ferramentas

A Comunicação Aumentativa e Alternativa (AAC) oferece uma variedade de ferramentas que incluem desde dispositivos tecnológicos avançados até métodos mais básicos, como gestos e sinais. Beukelman e Mirenda (2013, p. 54) explicam que a AAC abarca esses diversos métodos, que auxiliam pessoas com dificuldades de fala a se comunicarem de maneira mais eficaz, melhorando sua habilidade de expressão e interação. (*apud* RevistaFT, 2024, v. 8, ed. 130.)

Ao implementar métodos de comunicação alternativa, os educadores enfrentam várias barreiras, como a falta de capacitação apropriada e recursos limitados. Pereira (2015, p. 123) observa que a formação dos professores em comunicação alternativa muitas vezes não é suficiente, o que leva a dificuldade de aprendizagem dessas técnicas em sala de aula. Colocando os educadores em uma

posição difícil, tendo que se adaptar a métodos de ensino com os quais não estão familiarizados e sem o apoio necessário. (*apud RevistaFT, 2024, v. 8, ed. 130.*)

Para os estudantes, enfrentar desafios inclui adaptar-se a novos métodos de comunicação e necessitar de apoio contínuo. Silva (2017, p.89) destaca que alunos com deficiências muitas vezes têm dificuldades para se adaptar aos sistemas de comunicação alternativa, principalmente quando esses sistemas não são alinhados com suas habilidades e preferências individuais. Isso sublinha a importância de personalizar as ferramentas de comunicação alternativa para atender melhor às necessidades específicas de cada aluno. (*apud RevistaFT, 2024, v. 8, ed. 130.*)

Essas barreiras institucionais e sociais significativas afetam a implementação da comunicação alternativa. Costa (2016, p. 157) menciona que desafios como a falta de financiamento e suporte administrativo, juntamente com barreiras sociais, como estigmas e a ausência de conscientização pública, prejudicam a efetividade dessa implementação. Esses desafios podem levar tanto aqueles que implementam quanto os que utilizam a comunicação alternativa a se sentirem abandonados e isolados. (*apud RevistaFT, 2024, v. 8, ed. 130.*)

É fundamental adotar estratégias para enfrentar esses desafios, que devem incluir o treinamento de educadores, o desenvolvimento de recursos flexíveis e o estímulo ao aumento da conscientização e aceitação na sociedade.

Rodrigues (2018, p. 102) destaca a importância da colaboração entre educadores, famílias e profissionais da saúde para desenvolver abordagens eficazes e fornecer o suporte necessário para uma implementação bem-sucedida da comunicação alternativa. É essencial utilizar uma abordagem interdisciplinar para superar os desafios e garantir que estudantes com deficiências tenham acesso às oportunidades de comunicação e aprendizagem adequadas. (*apud RevistaFT, 2024, v. 8, ed. 130.*)

6.2 Formação de profissionais da educação

O treinamento específico em comunicação alternativa é essencial para os educadores. Silva (2018, p. 134) aponta que os professores frequentemente se sentem incapazes de utilizar métodos de comunicação alternativa, devido à falta de treinamento especializado durante sua formação inicial. Essa deficiência na formação dos professores pode resultar em um uso inadequado das ferramentas de

comunicação alternativa, prejudicando a qualidade da educação proporcionada aos alunos com deficiências. (*apud* RevistaFT, 2024, v. 8, ed. 130.)

É importante priorizar o desenvolvimento profissional contínuo nas estratégias de capacitação. Costa e Santos (2019, p. 79) enfatizam que programas de desenvolvimento profissional que se concentram em comunicação alternativa são vitais para manter os educadores informados sobre as novas técnicas e tecnologias. Este treinamento contínuo assegura que os professores estejam sempre atualizados com as práticas mais recentes e eficazes. (*apud* RevistaFT, 2024, v. 8, ed. 130.)

É essencial realizar estudos para avaliar a eficácia dos programas de treinamento em comunicação alternativa, a fim de validar e aprimorar essas metodologias de capacitação. Rodrigues e Almeida (2020, p. 88) salientam a importância de avaliar a eficácia desses programas de capacitação para educadores, garantindo que eles estejam adequadamente preparados para aplicar a comunicação alternativa em sala de aula. Essa avaliação é fundamental para o desenvolvimento dos programas de treinamento, assegurando que sejam relevantes e eficazes. (*apud* RevistaFT, 2024, v. 8, ed. 130.)

Portanto, treinar educadores no uso de comunicação alternativa é essencial para o sucesso da aplicação dessas ferramentas em ambientes educacionais. Investir na formação e no desenvolvimento contínuo dos educadores é fundamental para melhorar a qualidade da educação inclusiva.

6.3 Perspectiva e experiências dos pais e cuidadores

A perspectiva dos pais desempenha um papel de extrema importância com a comunicação alternativa, na vida de crianças com deficiência, já que ela trabalha com linguagens verbais e não verbais, passando uma sensação de conforto e inclusão, diante desta perspectiva os genitores e responsáveis, exercem uma atuação vital no desenvolvimento na aprendizagem das crianças. (RevistaFT, 2024)

Assim como é defendido por Ferreira (2017, p. 98), “a participação ativa dos pais no processo educacional e comunicativo de seus filhos é essencial para o sucesso da comunicação alternativa”. Desse modo, esta relação não se resume apenas com o apoio de casa, mas também os professores e psicólogos, ao compreender e utilizar métodos de comunicação eficazes e promover um ambiente

onde a criança se sinta confortável para aprender. (*apud RevistaFT, 2024, v. 8, ed. 130.*)

As experiências dos pais e cuidadores fornecem compreensões sobre os desafios e necessidades específicas das crianças enfrentados na vida cotidiana. Conforme Silva e Almeida (2019, p. 120) observam, “as famílias frequentemente enfrentam dificuldades na implementação de métodos de comunicação alternativa em casa, devido à falta de recursos, formação ou suporte”. Estes desafios revelam a necessidade na criação de políticas públicas que garantam o apoio às famílias, incluindo a formação e acesso a serviços. (*apud RevistaFT, 2024, v. 8, ed. 130.*)

Mediante ao exposto, o envolvimento da família em acompanhar o desenvolvimento escolar de seus filhos com dificuldade na aprendizagem, pois é aí que surge o desejo em aprender e tornar indivíduos questionadores, não há nada mais significativo do que as crianças mostrarem aos seus pais suas habilidades e o que foi aprendido na escola, e os pais, em seu papel devem dar atenção às crianças com deficiência, TEA ou altas habilidades/superdotação. (et al. Alves,2021)

Em alguns casos esses alunos tendem a faltar na escola, por isso, precisam ser acompanhados de perto por um professor especializado, que pode descartar a hipótese de algum problema que aconteça fora da escola, como desafeto familiar por exemplo. (et al. Alves,2021)

Para que aconteça sucesso no aprendizado de alunos com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação, antes de tudo, é preciso ter amor e compreensão de suas famílias, assim como professores preparados para lidar com isso, sem esta base, certamente não terão boas experiências durante sua jornada educacional. (et al. Alves,2021)

7. Tecnologia Assistiva

A Tecnologia Assistiva (TA) é o termo que descreve recursos e serviços que proporcionam acessibilidade, independência e autonomia para pessoas com deficiência.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, 13.146 /15, no art. 3º:

“ III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;”;

Portanto, a Tecnologia Assistiva é projetada para promover inclusão, autonomia e equidade para pessoas com deficiência. Em essência, seu propósito é melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, reduzindo as barreiras que dificultam a realização de atividades cotidianas e profissionais.

De acordo com o blog Hand Talk, nas definições estabelecidas globalmente, existem 12 categorias de tecnologias assistivas. A existência dessas categorias é crucial, pois somente através dessa organização a área pode ser aprofundada em termos de pesquisa, desenvolvimento e promoção de políticas públicas.

Auxílio para a vida diária: São ferramentas que se utilizam em tarefas básicas do dia a dia de uma pessoa com deficiência, como comer, tomar banho, se vestir ou cuidar da casa.

Foto 4 - Talheres adaptados



Fonte: D+ Informação- USP, 9 out. 2018.

Comunicação aumentativa e alternativa: são formas que permitem às pessoas não falantes ou com limitações de fala de terem uma comunicação autônoma, como vocalizadores e pranchas de comunicação.

Foto 5 - Prancha de comunicação, vocalizador com varredura e vocalizador portátil.



Fonte: Rodrigues, Leandro- Instituto Itard, 30 abr. 2019

Recursos de acessibilidade ao computador: são equipamentos que auxiliam no acesso a computadores pelas pessoas com deficiência, como teclados modificados, softwares de leitores de tela, reconhecimento de voz etc.

Foto 6 - Teclado IntelliKeys, acionadores de mouse adaptado, mouse por movimento de cabeça, monitor com tela de toque e órtese para digitação.



Fonte: Rodrigues, Leandro- Instituto Itard, 30 abr. 2019

Sistemas de controle de ambiente: são sistemas para pessoas com mobilidade reduzida capazes de controlar remotamente aparelhos eletrônicos, como luzes, internet ou abrindo portas.

Imagem 4 - Próteses e órteses



Fonte: Projeto Superação, 16 mar. 2017.

Adequação postural: são produtos e equipamentos voltados para o conforto das pessoas que precisam passar a maior parte do tempo sentadas ou deitadas, como encostos anatômicos para cadeiras de rodas e posicionadores que dão uma maior estabilidade.

Foto 8 - Adaptação postural manual para adulto



Fonte: Postural e Ortopedia Técnica, 2016

Auxílios de mobilidade: é nessa categoria que as cadeiras de rodas se encaixam. Além dos andadores, scooters e qualquer outro tipo de veículo que ajude na mobilidade da pessoa com deficiência.

Imagem 5 - Auxílios de mobilidade



Fonte: Assistiva tecnologia e educação,2024.

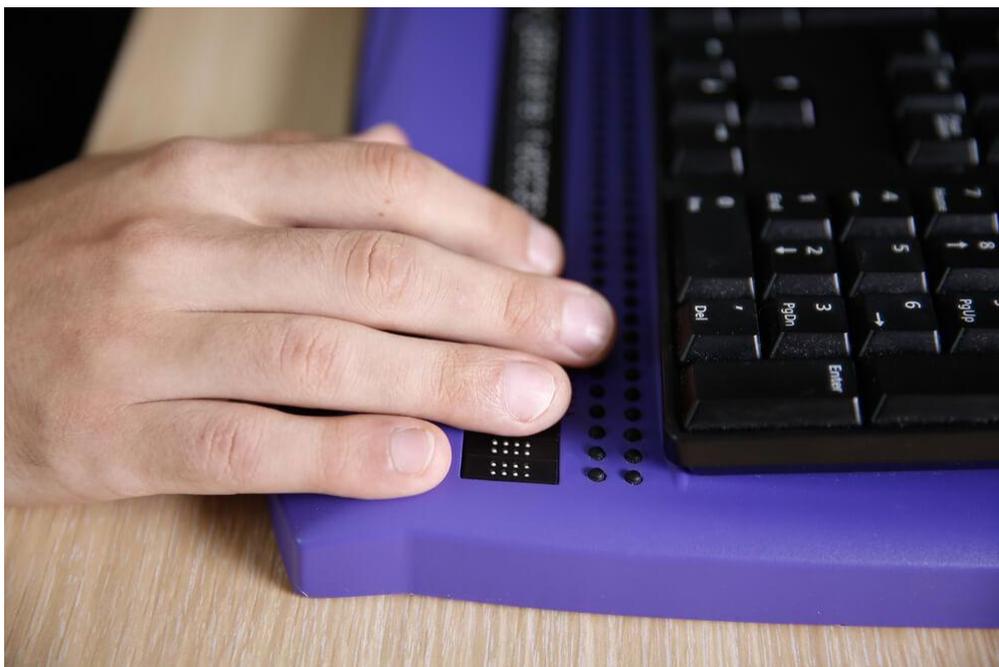
Auxílios para pessoas cegas ou com deficiência visual: inclui lupas, equipamentos em Braille, leitores de tela e até mesmo animais de serviço treinados para apoiarem a pessoa com deficiência no dia a dia.

Foto 9 - Cão guia



Fonte: Bichos do Sul, 10 jul. 2019

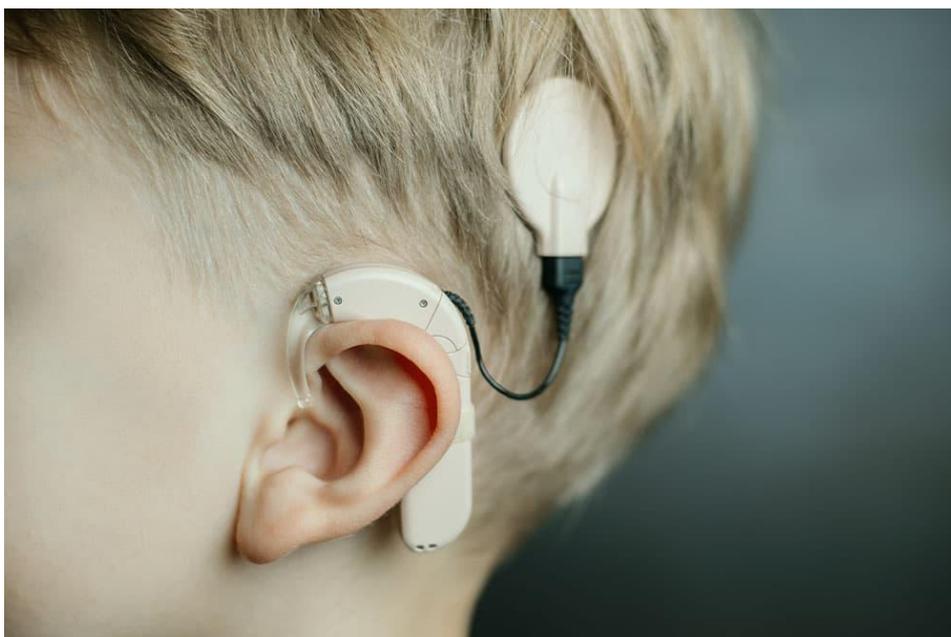
Foto 10 - Teclado Modificado



Fonte: Freedom, 16 nov. 2017

Auxílios para pessoas surdas ou com deficiência auditiva: aqui encontramos uma variedade de dispositivos, como implantes cocleares, sistemas de alerta visual, telefones com teclado e tradutores de línguas de sinais.

Foto 11 - Aparelho auditivo



Fonte: Centro auditivo- Audiofone, 1 dez. 2021

Foto 12 - Intérprete de libras



Fonte: Descobrimdo crianças, 24 abr. 2021

Adaptações em veículos: Adaptações em veículos: são todos os acessórios e modificações que permitem às pessoas com deficiência acessar e conduzir veículos, como rampas para cadeiras de rodas e ajustes de pedais.

Foto 13 - Adaptação de carros para deficientes



Fonte: Educamundo, 10 jan. 2019

Esporte e lazer: são os recursos e serviços que auxiliam para uma maior acessibilidade em atividades de recreação e esportivas, como bolas que emitem sons para pessoas com deficiência visual.

Foto 14 - Basquete adaptado



Fonte: Mexendo e remexendo a educação, 7 dez. 2012.

8. Colaboração com profissionais de apoio: psicólogos escolares, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e intérpretes de libras

Cada um dos profissionais presentes no âmbito escolar possuem um papel importante na adaptação do espaço físico, assim como dos materiais e metodologias, para atender as necessidades específicas de cada criança.

A equipe multidisciplinar, formada por profissionais como fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos e outros, colabora de perto com os educadores para adaptar o ambiente de aprendizado, criar planos de suporte comportamental e promover uma abordagem inclusiva e acolhedora. (Marques, 2023).

A princípio, a atuação desses profissionais na escola deve seguir uma abordagem educacional, pois sua experiência na saúde não significa que só possam trabalhar nesse setor. Eles podem e devem atuar em qualquer contexto que necessite de seus conhecimentos, ajudando a mudar a ideia de que problemas escolares só podem ser resolvidos com intervenção clínica. Por exemplo, atendimentos individualizados ou em grupo podem ser feitos fora da sala de aula ou no contraturno das aulas regulares. (Silva, 2016)

De acordo com a lei nº 13.935/19, parágrafo 1º e 2º, do art. 1º, as equipes multiprofissionais devem desenvolver ações para melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, envolvendo a comunidade escolar e atuando na mediação das relações sociais e institucionais. Além disso, deve-se levar em conta o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e de seus estabelecimentos de ensino.

8.1 Fonoaudiólogos

Existe o Projeto de Lei 6698/2016 que diz que a presença de um fonoaudiólogo nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental é algo obrigatório. A fonoaudiologia é fundamental para a intervenção e melhoria da comunicação funcional e da linguagem. Os fonoaudiólogos colaboram com a equipe escolar para criar estratégias e programas que promovam uma comunicação eficaz, incluindo o uso de sistemas de comunicação alternativa e aumentativa (CAA). (Marques, 2023).

8.2 Psicólogos

Conforme a lei 13.935/19, art.1, todas as redes de educação básica públicas, devem oferecer serviços de psicologia e de serviço social, atendendo às necessidades e prioridades estabelecidas pelas políticas educacionais, através de equipes multiprofissionais.

Os profissionais podem realizar avaliações diagnósticas, fornecer terapia individual ou em grupo e desenvolver planos de suporte comportamental. Além disso, colaboram estreitamente com os educadores para implementar estratégias comportamentais que promovam um ambiente inclusivo e acolhedor. (Marques, 2023)

8.3 Terapeutas ocupacionais

A terapia ocupacional dedica-se ao desenvolvimento de habilidades motoras, sensoriais e de autocuidado. Os terapeutas ocupacionais colaboram com a equipe escolar para adaptar o ambiente de aprendizado às necessidades individuais dos alunos, implementando estratégias de intervenção que melhorem as habilidades funcionais e promovam a independência. (Marques, 2023).

De acordo com o Projeto de Lei N.º 3.364/2019 art. 4, o Terapeuta Ocupacional atua de forma autônoma e em colaboração mútua com outros profissionais, promovendo uma abordagem multidisciplinar no cuidado à saúde humana.

Logo em seguida, no art. 5, nos inc. VII, VIII e IX, atribui que algumas das competências de um Terapeuta Ocupacional é prescrever e usar métodos de terapia ocupacional para prevenir perdas, estimular, educar, treinar, recuperar, habilitar, reabilitar e manter o controle da pessoa sobre suas habilidades ocupacionais, cognitivas e funcionais. Isso inclui considerar as áreas de ocupação, habilidades funcionais, mentais, sociais, culturais, esportes adaptados e paraolímpicos, padrões de desempenho, ambientes e demandas das atividades, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida de indivíduos, grupos e populações. Além disso, são eles que realizam as adaptações do ambiente conforme as necessidades de cada indivíduo ou grupo, também prescrevem e auxiliam no ajuste de próteses, órteses e outros dispositivos de tecnologia assistiva, respeitadas as competências compartilhadas e específicas de outras profissões similares.

8.4 Intérprete de Libras

A função do intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais) é mediar e interpretar a comunicação entre as duas línguas, do português para libras, ou vice-versa.

De acordo com a Lei nº12.319/10, no art. 6º, são responsabilidades do tradutor e intérprete, no exercício de suas funções:

“I - Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - Atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e

V - Prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.”

No decreto Nº 5.626/2005, no art. 3º, estabelece que as Libras devem ser uma disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores, tanto no nível médio quanto superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, em instituições de ensino públicas e privadas, nos sistemas de ensino federal, estadual, do Distrito Federal e municipal. No art. 5º, afirma que os professores de Libras para a educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental, devem ser formados em cursos de Pedagogia ou curso normal superior, onde Libras e Língua Portuguesa escrita sejam usadas como línguas de instrução, garantindo uma formação bilíngue.

No art. 7º, desse mesmo decreto, no segundo parágrafo determina que todas as instituições de ensino básico e superior devem incluir professores de Libras em seu corpo docente.

8.5 Professor de apoio

Professores de apoio são profissionais que atendem diretamente estudantes que necessitam de educação especializada. Além disso, eles mediam a interação entre os alunos e os outros professores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Isso exige muita dedicação, esforço e conhecimentos específicos. (Indeed, 2023).

Como diz o art. 3ª, inc. XIII, do Estatuto da Pessoa com Deficiência:

“XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.”

É importante esclarecer que os professores de apoio são responsáveis por promover o aprendizado de estudantes com necessidades educacionais específicas. Em alguns casos, eles também atuam como intérpretes ou facilitadores, intermediando a comunicação entre os alunos e os professores regulares. (Indeed, 2023).

Por outro lado, os profissionais de apoio são especialistas que atuam no ambiente escolar, mas suas tarefas não envolvem atividades educacionais ou responsabilidades de ensino. Suas principais funções incluem auxiliar na segurança, higiene, alimentação e acessibilidade (locomoção) dos estudantes durante o período em que estão na escola. (Indeed, 2023).

De acordo com o art. 28, da Lei 13.146/15, é dever do poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar a proposta de profissionais de apoio nas escolas.

Foi aprovada no dia 31 de outubro de 2023, a lei que torna obrigatória a presença de profissionais de apoio escolar para estudantes da educação especial. De acordo com essa lei, o profissional terá que trabalhar em conjunto com os pais responsáveis, professores e profissionais da saúde quando necessário. Além disso, deve possuir uma formação básica em cursos ou treinamentos a respeito da educação inclusiva e do apoio escolar específico para cada público-alvo. (Agência Câmara de Notícias, 2023)

Esses profissionais fazem avaliações para chegar a um diagnóstico preciso e desenvolver planos individuais baseados nas dificuldades e habilidades de cada criança. Eles buscam adaptações, implementam ações inclusivas, oferecem orientações e suporte, e monitoram os resultados para fazer ajustes contínuos, garantindo uma abordagem flexível e sempre melhorando para os alunos.

9. Como capacitar professores para uma Educação Inclusiva

9.1 Educação Inclusiva e formação docente

Na educação inclusiva, e em outras esferas do governo brasileiro também, são muitos desafios encontrados no processo de implementação de uma política pública, e a falta de preparo dos professores para lidar com diferentes tipos de situações é uma delas. É um processo contínuo e dinâmico no qual todos devem estar envolvidos, inclusive os professores. Além disso, as famílias também são entes importantes na execução de uma educação inclusiva, participando e opinando durante o processo. Para que se torne uma escola inclusiva é necessário que se englobe a todos, sem discriminação e diferenciação. Aplicando-se uma aprendizagem ampla e colaborativa, com oportunidades e estratégias diferentes para lidar com cada aluno, para que eles possam desenvolver seu potencial. (Paganelli, 2017).

Que tipo de formação seria capaz de responder às preocupações dos professores que se sentem despreparados e sem suporte ao lidar com alunos com deficiência? Quais conhecimentos são essenciais para promover uma educação inclusiva? Quais diretrizes devem orientar tanto a formação inicial quanto a contínua dos educadores no contexto da inclusão educacional? (Rodrigues, 2012).

Para que os professores se tornem profissionais capacitados, é necessário que, durante sua formação pedagógica, sejam administradas disciplinas que o ensine a como desenvolver uma educação inclusiva. Além disso, desenvolver também competências para identificar as necessidades educacionais individuais dos alunos e adaptar suas práticas pedagógicas de acordo com essas necessidades. (Rodrigues, 2012).

Essas disciplinas vão orientar os professores a compreenderem mais sobre a educação inclusiva, mas além da formação é necessário a busca de informação, e estar preparado para qualquer tipo de situação que poderá vivenciar, é algo que requer um comprometimento contínuo e disposição para a aprendizagem dos alunos, inclusive daqueles com algum tipo de deficiência.

Ler sobre o assunto, familiarizar-se com as terminologias usadas pelos profissionais da área, pesquisar sobre diversas necessidades especiais e acompanhar estudos de caso realizados por outros professores são atividades que a instituição de

ensino pode incentivar. Além disso, cada professor pode buscar essas práticas por conta própria para seu desenvolvimento profissional. (Inicie, 2020)

Uma dica valiosa para essa capacitação é conversar com educadores que já trabalham com alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, trocando experiências e aprendendo mais sobre a realidade deles. (Inicie, 2020)

Frequentar palestras e cursos extracurriculares sobre educação inclusiva também podem auxiliar os professores a possuírem uma capacitação mais adequada para lidar com qualquer tipo de situação ou necessidade.

Para Rodrigues (2012), compreender os diferentes tipos de deficiência como transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, incluindo as suas definições, é algo vantajoso, mas sempre levando em conta a individualidade de cada um.

A educação inclusiva é uma grande oportunidade para crianças e adolescentes com deficiência se enquadrarem no âmbito escolar e desfrutarem daquilo que é direito de todos. E por ser uma conquista recente no Brasil, é algo que ainda precisa ser ainda mais ampliado e fortalecido. Portanto, a capacitação dos professores é um passo crucial para se criar um ambiente escolar inclusivo, onde cada um poderá alcançar seu próprio potencial.

10. A importância da formação continuada do educador no contexto educacional especial/inclusivo

Certamente, pode-se afirmar que a formação por si só não é suficiente para transformar o contexto educacional. Embora a formação continuada e cursos complementares sejam essenciais, eles não garantem a eficácia educativa sem a presença de profissionais dedicados e determinados. É crucial que os educadores possuam não apenas uma base teórica sólida e diplomas, mas também a capacidade prática e habilidades de mediação pedagógica necessárias para lidar com os alunos com diversas necessidades e limitações. (Oliveira, 2017).

A formação dos professores deve, de acordo com Oliveira (2017), de fato, incluir o desenvolvimento de sua sensibilidade para que possam refletir sobre sua própria prática docente. Essa reflexão crítica permite que os educadores planejem de maneira flexível, adaptando, o ensino, às demandas de aprendizagem dos alunos. É essencial que essa formação aborde a capacidade de articular diferentes metodologias e estratégias educacionais, considerando as diversas possibilidades e necessidades dos alunos.

Isso vai muito além de cumprir a legislação, frequentar cursos de capacitação, acumular diplomas ou criar ambientes com estruturas arquitetônicas adequadas. A verdadeira inclusão envolve fazer a diferença através da análise sensível das práticas educativas e da reflexão sobre elas. É fundamental desenvolver normas e condutas éticas, olhar para o futuro com determinação e solidariedade, e promover mudanças que realmente impactem a vida dos alunos. (Oliveira, 2017).

Desta forma, como reforça Oliveira (2017) a formação não se constrói meramente pelo acúmulo de conhecimentos ou diplomas, mas sim através de um processo contínuo de reflexividade crítica sobre as práticas pedagógicas e a construção permanente de uma identidade pessoal e profissional. Práticas formativas que se baseiam nas dimensões coletivas são fundamentais para a emancipação profissional dos educadores e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção de seus saberes e valores

Assim, a maneira da formação continuada, conforme as ideias de Nóvoa (1995), deve ser sólida, coletiva e baseada em conhecimentos éticos, indo além da simples acumulação de cursos. Essa formação deve promover uma reflexão profunda

sobre a prática docente e sua relevância para a vida em sociedade, tanto em espaços formais quanto não formais. (apud. Oliveira, 2017).

Observa-se em diversos contextos educacionais que muitos professores e educadores não compreendem plenamente o que constitui um processo de mediação da qualidade no ensino-aprendizagem dos discentes. Nota-se a necessidade de primeiramente mediar a consciência dos próprios professores e educadores, que estão vinculados na comunidade escolar e são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem. (Oliveira, 2017).

A crença na própria capacidade e a adoção de práticas pedagógicas saudáveis e eficazes são fundamentais para que o educador possa inspirar e motivar seus alunos. Ao estabelecer uma base sólida de autoconfiança e de métodos de ensino robustos, o professor estará mais apto a enfrentar desafios e adaptar suas estratégias conforme necessário, criando um ambiente de aprendizado dinâmico e inclusivo. Dessa maneira, ele poderá fomentar o desenvolvimento integral dos alunos capacitando-os a serem autônomos e preparados para os diversos desafios da vida

A indicação de FALIK e FEUERSTEIN (2010), destaca a diferença entre a avaliação tradicional e a avaliação realizada pelo mediador, ressaltando a importância de uma abordagem que valoriza o progresso e o potencial de conhecimento dos alunos, em vez de focar apenas nas deficiências ou lacunas. Isso reflete uma perspectiva mais inclusiva e empática no processo educacional. (apud. Oliveira, 2017).

Também da disposição e do comprometimento dos mediadores, é crucial que o sistema educacional como um todo se concentra e se transforma para garantir uma inclusão verdadeira e eficaz de todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades específicas isso envolve não apenas mudanças nas estruturas físicas e organizacionais das escolas, mas também na formação e potencialização dos profissionais da educação, na disponibilização de recursos adequadas e na promoção de práticas inclusivas em todos os níveis de ensino.

Essa abordagem requer um entendimento profundo das necessidades individuais dos alunos e um compromisso em criar ambientes de aprendizado que sejam inclusivos e adaptáveis. É um trabalho contínuo e que envolve não apenas a adaptação de estruturas físicas, mas também a promoção de uma cultura inclusiva e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que atendam às diversas necessidades dos alunos.

É importante que as palavras de apoio à inclusão sejam respaldadas por ações concretas e profundas, que envolvam mudanças significativas no sistema escolar como um todo. Isso inclui a capacitação dos profissionais, a adaptação de práticas pedagógicas, a promoção de um ambiente inclusivo e o engajamento de toda a comunidade escolar no processo de inclusão. Essa é uma jornada desafiadora, mas essencial para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva para todos.

Ao adotar uma abordagem inclusiva, o educador não apenas contribui para o crescimento acadêmico dos alunos, mas também para sua autoestima, autoconfiança e participação ativa na comunidade escolar. É importante que todos os alunos se sintam valorizados, respeitados e capazes de alcançar seu máximo potencial dentro e fora da sala de aula.

Portanto, a atuação do educador vai além de transmitir conhecimento, ela envolve inspirar, motivar e capacitar os alunos a enfrentarem desafios, a explorarem seus potenciais e a contribuírem de forma significativa para a comunidade e para o mundo ao seu redor.

Ao romper com o individualismo e promover uma cultura de colaboração, empatia e inclusão, a escola se torna um ambiente mais acolhedor e propício ao desenvolvimento integral de todos os envolvidos. Os alunos se beneficiam ao aprenderem a respeitar a diversidade, a trabalhar em equipe e a enfrentar desafios de maneira construtiva. Por outro lado, os professores e educadores também crescem ao se envolverem em práticas pedagógicas inclusivas, expandindo suas habilidades de ensino e aprendendo com a diversidade de experiências e perspectivas dos alunos.

11. Exemplos de projetos de implementação de capacitação de professores e educação inclusiva

11.1 Projeto de implementação da educação inclusiva (Colégio Estadual 11 de Agosto)

O projeto consiste na inclusão da comunidade surda no ambiente escolar, a fim de promover a comunicação entre pessoas ouvintes e pessoas surdas, o curso básico do ensino bilíngue (libras/ português) é oferecido em todo o país, na qual desempenha um papel fundamental para ajudar crianças surdas a desenvolver a leitura e suas habilidades especiais.

Este programa vem sendo aplicado com sucesso no Colégio Estadual 11 de Agosto, localizado em Aracaju, a primeira língua utilizada para a alfabetização é a Língua Brasileira De Sinais (Libras) e a segunda língua, português escrito. A implementação deste modelo de ensino não deveria ser novidade, já que está assegurada no artigo 35 do decreto nº 9.665/2019.

Para a coordenadora pedagógica e autora da criação deste método de ensino, Tálita Cavalcante Pergentino, defende a ideia de “a inovação do ensino ofertado pela rede estadual está, justamente, no fato de que a escola investe num planejamento único que compreende duas metodologias distintas e um atendimento individualizado, priorizando as necessidades específicas de cada aluno”, reforçando cada vez mais a necessidade para a criação de políticas públicas para a capacitação dos professores.

Segundo a professora do laboratório do colégio 11 de agosto, Ana Paula Andrade de Melo, “no caso de pessoas deficiência auditiva, a realidade não é a mesma. Na maioria das vezes, essa criança chega ao ambiente escolar com o conhecimento limitado a alguns sinais construídos no ambiente familiar para suprir as necessidades daquele núcleo específico. O que a nossa escola proporciona para o aluno surdo é a possibilidade de iniciar o processo de alfabetização com a sua língua natural, a Libras, para só depois introduzir os conteúdos escritos em português”, destacando a importância em reconhecer a libras como língua natural de pessoas com deficiência auditiva.

Nesse sentido, ao proporcionar um ambiente educacional que priorize o uso das libras, as escolas possibilitam que seus alunos surdos iniciem o processo do desenvolvimento da leitura e escrita, juntamente com a introdução de conteúdos em

português, após estabelecer uma base de conhecimento sólida em libras, permitindo que os alunos surdos possam acessar seus conteúdos didáticos de forma eficaz e inclusiva.

Segundo o estudante Pablo Eduardo Santos de Jesus, 17 anos é um exemplo na perspectiva da inclusão e na conquista de espaços, Pablo mora com sua família em Riachuelo, município localizado a 30 km da capital sergipana. Todos os dias ele se desloca sozinho até Aracaju, onde cursa os 7 anos do ensino fundamental. “Quando entrei na escola eu não conhecia a Libras e tinha dificuldade de me comunicar. Agora, me sinto adaptado e acolhido. Percebo que estou conseguindo realizar mais tarefas sozinho e me sinto mais confiante”, mediante essa perspectiva este relato reflete sobre a valorização das libras, melhorando sua autonomia em realizar suas tarefas cotidianas, a escola não promove apenas o desenvolvimento linguístico dos alunos, mas também contribui para seu bem-estar emocional. (FAXAJU, 2023)

11.2 Projeto de capacitação de professores (ABREI)

A Associação Brasileira de Educadores para Inclusão (ABREI), criada em Brasília, tem como foco a capacitação de professores para o atendimento educacional especializado a alunos com necessidades educacionais especiais, promovendo sua inclusão no ambiente escolar.

O objetivo social da ABREI é capacitar professores do ensino fundamental e médio de escolas carentes, para que possam implementar práticas educacionais inclusivas com crianças e jovens que apresentam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Os objetivos estratégicos da ABREI incluem:

- Trabalhar o ambiente escolar através de treinamentos, consultorias e palestras, adequando-o ao processo de inclusão.
- Elaborar e fornecer material didático de qualidade às instituições de ensino, com técnicas, definições, leis e direitos dos alunos em situação de inclusão.
- Promover a autoestima e a motivação dos educadores diante dos desafios da sala de aula.
- Orientar o corpo docente para fomentar a integração, o bem-estar, a união e a solidariedade entre alunos com dificuldades de aprendizado.

Eles oferecem aulas presenciais e online, para a capacitação dos professores, através da plataforma Google Meet. Depois são disponibilizadas as aulas gravadas para download no Google Drive. Essas aulas são conduzidas por uma equipe de pedagogos, psicólogos, psicopedagogos, neuropsicopedagogos e psicomotricistas, todos eles altamente qualificados.

Os gestores escolares podem definir o calendário, os horários e a quantidade de professores a serem capacitados, respeitando o limite de 145 pessoas por turma, conforme estipulado pela plataforma.

Ao final do curso, os instrutores serão avaliados pelos professores participantes por meio de um instrumento de avaliação fornecido pela ABREI.

A escola poderá selecionar, conforme o portfólio, as unidades temáticas mais adequadas à sua realidade, podendo também acrescentar, trocar ou remover alguma unidade.

Depois da capacitação, espera-se que os professores consigam identificar as necessidades especiais dos alunos, utilizar as técnicas de abordagem apropriadas, promover a integração da turma, ajustar o modelo de ensino conforme necessário e proporcionar uma educação inclusiva de qualidade na sala de aula. (Frota, 2020)

12. Estudos de caso

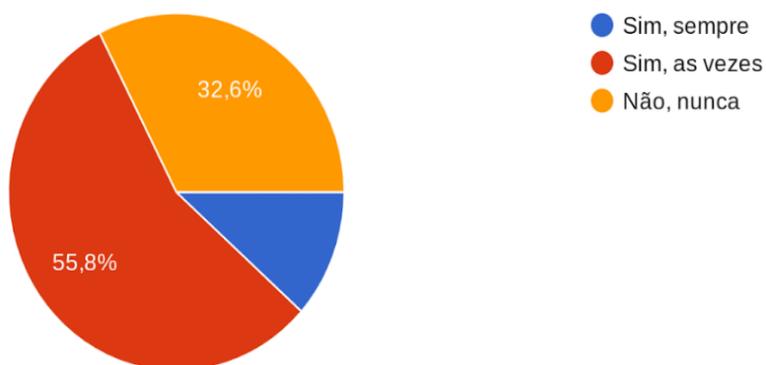
Com o intuito de aprofundar ainda mais no assunto e enriquecer o embasamento teórico, foram conduzidas investigações de campo para agregar vivências e perspectivas de uma profissional da área educacional, além de analisar o entendimento de diversas pessoas acerca da capacitação dos professores e o apoio familiar, juntamente a educação inclusiva.

Para a primeira pesquisa foi utilizada a plataforma “Google Forms”, que foi enviada para vários alunos de cursos técnicos e de ensino superior. A segunda foi realizada uma entrevista com a professora de Educação Especial, Nayara Moreira Fernandes, graduada em Pedagogia, pela Instituição Unopar, pós-graduada em Neuropsicopedagogia; Educação Inclusiva e Especial; e Psicopedagogia Clínica e Institucional, pela Instituição Faveni.

De acordo com os entrevistados, a capacitação dos professores juntamente com a inclusão nas escolas é algo importante e essencial para o desenvolvimento pessoal e social dos alunos, tanto para aqueles que possuem alguma deficiência quanto para aqueles que não possuem.

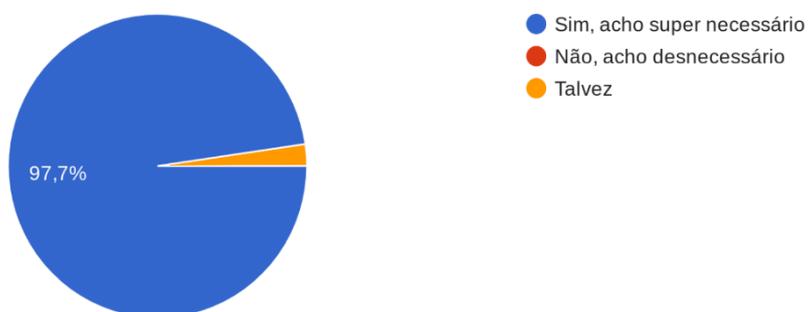
12.1 Pesquisa realizada através da plataforma Google Forms

Gráfico 2: Você acha que nas escolas são aplicadas algum tipo de educação inclusiva?



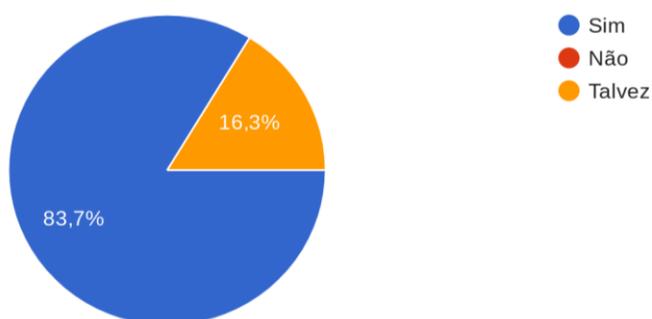
Fonte: Google Forms

Gráfico 3: Você acha necessária a educação inclusiva nas escolas?



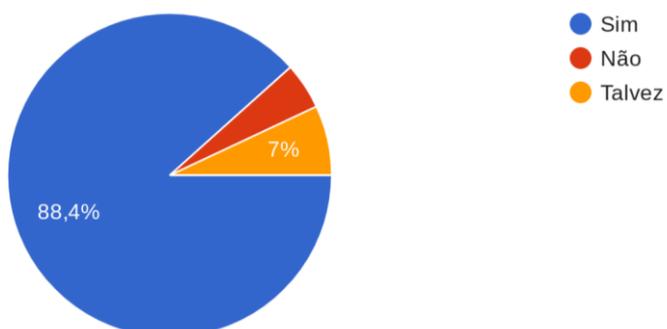
Fonte: Google Forms

Gráfico 4: Para você, a capacitação dos professores pode auxiliar na aplicação de uma educação inclusiva para todos os alunos?



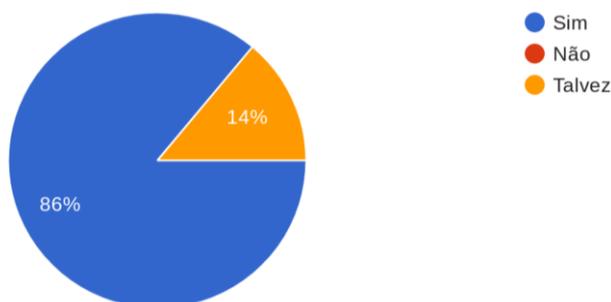
Fonte: Google Forms

Gráfico 5: Você acredita que os pais/responsáveis devem se associar aos professores para que haja uma educação inclusiva?



Fonte: Google Forms

Gráfico 6: A tecnologia, na sua opinião, pode auxiliar na introdução de uma educação inclusiva?



Fonte: Google Forms

Alguns alunos ainda comentaram a respeito da necessidade da educação inclusiva para a sociedade:

“A educação inclusiva é fundamental porque promove a igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de suas habilidades, origens ou condições. Ela ajuda a construir sociedades mais justas, onde a diversidade é valorizada e respeitada, estimulando o desenvolvimento integral de cada indivíduo e preparando-os para uma convivência harmoniosa e produtiva em um mundo cada vez mais plural e complexo”, diz um aluno de Engenharia Civil.

“Como o próprio nome diz por si só, o ato de incluir é mais que necessário, ele engloba assuntos, pessoas e realidades das quais não são vistas por todos, ou que não tem a oportunidade de serem vistas/faladas. A educação inclusiva é a chave para que toda uma comunidade/sociedade seja reeducada para enxergar problemáticas e situações que vão além da bolha social de cada indivíduo. Então, torna-se importante saber olhar além da sua realidade e buscar estudar a inclusão para um cenário mais justo”, comenta um aluno de Design Gráfico.

“Educação inclusiva é um tipo de ensino que tem como objetivo principal estabelecer a igualdade de possibilidades e oportunidades no âmbito da educação, ou seja, visa tornar um direito de todos os estudantes, principalmente para pessoas com deficiência ou algum transtorno mental”, diz um aluno do curso técnico em Serviços Jurídicos.

12.2 Entrevista

Professora: Nayara Moreira Fernandes

Função: Professora de Educação Especial

Formação Acadêmica: Graduada em Pedagogia pela instituição Unopar, pós-graduada em Neuropsicopedagogia pela instituição Faveni, pós-graduada em Educação Inclusiva e Especial pela Instituição Faveni e pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela instituição Faveni.

1- Como as escolas podem garantir que crianças com deficiência, TEA e com altas habilidades/superdotação recebam uma educação de qualidade?

Nayara Moreira Fernandes: “Garantir que crianças com deficiência recebam uma educação de qualidade é um desafio que demanda dedicação e uma abordagem multifacetada (estratégias e ações). Como professora, acredito que a base para essa inclusão começa com a capacitação contínua de todos os profissionais da escola. É essencial que professores e funcionários participem de cursos que abordem a educação inclusiva e estratégias de ensino diferenciadas. Além disso, a sensibilização e a conscientização sobre a importância da inclusão e da diversidade são fundamentais para criar um ambiente acolhedor e compreensivo.

O ambiente físico da escola deve ser cuidadosamente adaptado para garantir acessibilidade a todos os alunos. Isso inclui a instalação de rampas, banheiros acessíveis e sinalização adequada, além de mobiliário adaptado que atenda às necessidades específicas de cada aluno. A tecnologia assistiva também desempenha um papel crucial, com o uso de ferramentas como leitores de tela, amplificadores de som e teclados adaptados, que ajudam a quebrar barreiras e facilitam o aprendizado. Outro aspecto vital é a flexibilização e a diferenciação do currículo. Devemos ajustar o currículo para atender às necessidades individuais dos alunos, permitindo diferentes formas de demonstração de conhecimento e aprendizagem. As metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, gamificação e ensino colaborativo, são estratégias eficazes para engajar todos os alunos de maneira significativa.

O apoio individualizado é igualmente importante. Desenvolver e implementar Planos Educacionais Individualizados (PEI) é uma prática essencial, pois esses planos definem objetivos específicos, estratégias e avaliações personalizadas para cada aluno.

A parceria com as famílias e a comunidade é outro pilar da educação inclusiva. Manter uma comunicação aberta e contínua com as famílias, envolvendo-as ativamente no processo educacional, fortalece a rede de apoio ao aluno. Estabelecer parcerias com organizações locais que possam oferecer recursos e apoio adicional também é uma estratégia valiosa.

Promover uma cultura de inclusão dentro da escola é essencial para o sucesso de todas essas iniciativas. Fomentar um clima escolar positivo, onde o respeito e a aceitação das diferenças são valorizados, ajuda a criar um ambiente onde todos se sentem seguros e acolhidos. Implementar e seguir políticas inclusivas que garantam os direitos das crianças com necessidades especiais é uma prática que deve ser levada a sério por toda a comunidade escolar.

Por fim, a avaliação e a melhoria contínua são cruciais para garantir que as práticas de inclusão sejam eficazes. Devemos monitorar regularmente o progresso dos alunos e a eficácia das estratégias de ensino, ajustando-as conforme necessário.”

2- Quais são os principais desafios enfrentados pelas escolas na implementação da educação inclusiva?

Nayara Moreira Fernandes: “Como professora, vejo que a implementação da educação inclusiva nas escolas enfrenta vários desafios significativos. Um dos principais desafios é a falta de formação e capacitação contínua dos professores. Muitos educadores não se sentem preparados para lidar com as diversas necessidades dos alunos com deficiências ou outras necessidades especiais, o que pode gerar insegurança e resistência à inclusão.

Outro obstáculo importante é a infraestrutura inadequada. Muitas escolas não possuem as adaptações físicas necessárias, como rampas, banheiros acessíveis e recursos de tecnologia assistiva, que são essenciais para garantir a acessibilidade e a participação plena de todos os alunos. Além disso, a falta de recursos financeiros e materiais pode limitar a capacidade da escola de implementar práticas inclusivas de maneira eficaz.

A resistência por parte de alguns membros da comunidade escolar também é um desafio. Às vezes, professores, pais e até alunos podem ter preconceitos ou falta de compreensão sobre a importância da inclusão, o que pode dificultar a criação de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Além disso, a elaboração e implementação de currículos flexíveis que atendam às necessidades individuais dos alunos são complexas e demandam tempo e esforço consideráveis. Cada aluno é único, e adaptar o ensino para garantir que todos aprendam de maneira eficaz é uma tarefa desafiadora.”

3- Quais estratégias eficazes você conhece para promover a conscientização sobre a importância da educação inclusiva?

Nayara Moreira Fernandes: “Promover a conscientização sobre a importância da educação inclusiva é uma tarefa que considero essencial como professora. Uma estratégia eficaz que tenho utilizado é a realização de palestras voltadas para toda a comunidade escolar. Nessas ocasiões, discutimos os benefícios da inclusão, compartilhamos experiências e esclarecemos dúvidas, criando um espaço de diálogo aberto e construtivo.

Outra abordagem que adotei é a inclusão de temas relacionados à diversidade e à inclusão no currículo regular. Trabalhar esses temas em sala de aula, através de projetos, leituras e discussões, ajuda os alunos a desenvolverem empatia e compreensão sobre as diferentes necessidades e habilidades dos colegas.

Além disso, organizar eventos e atividades que celebrem a diversidade é uma maneira poderosa de promover a inclusão. Festas culturais, semanas de conscientização e dias temáticos onde os alunos podem aprender sobre diferentes deficiências e como superar barreiras são sempre bem recebidos e impactam positivamente toda a escola. Também procuro envolver os pais e responsáveis, mantendo uma comunicação constante sobre a importância da educação inclusiva.”

4- A capacitação dos professores pode auxiliar na aplicação de uma educação inclusiva para todos os alunos?

Nayara Moreira Fernandes: “A capacitação dos professores é fundamental para a aplicação de uma educação inclusiva para todos os alunos. Entendo, que a formação contínua nos proporciona as ferramentas e conhecimentos necessários para atender às diversas necessidades de nossos alunos.

Além disso, a capacitação aumenta nossa confiança e nos prepara para enfrentar os desafios do dia a dia em uma sala de aula inclusiva. Quando estamos bem-informados e treinados, podemos criar um ambiente de aprendizado mais acolhedor e equitativo,

onde todos os alunos se sentem valorizados e apoiados. A troca de experiências com outros educadores durante esses processos de formação também enriquece nossa prática, permitindo a implementação de novas ideias e abordagens inovadoras.”

5- Qual é o papel dos professores na promoção de um ambiente inclusivo em sala de aula?

Nayara Moreira Fernandes: “Acredito que nosso papel na promoção de um ambiente inclusivo em sala de aula é fundamental. Devemos ser facilitadores do aprendizado, criando um espaço onde todos os alunos se sintam seguros, respeitados e valorizados. Isso envolve adaptar nossas práticas de ensino para atender às diversas necessidades, utilizar estratégias diferenciadas e recursos variados que possibilitem a participação de todos. Também é importante promover a empatia e o respeito entre os alunos, incentivando a cooperação e a compreensão das diferenças. Devemos estar atentos às particularidades de cada estudante, oferecendo apoio individualizado e buscando constantemente nossa capacitação para aprimorar essas práticas. Assim, podemos construir uma sala de aula onde cada aluno tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.”

6. Quais são as estratégias eficazes para apoiar e capacitar os professores na prática da educação inclusiva?

Nayara Moreira Fernandes: “Para apoiar e capacitar os professores na prática da educação inclusiva, acredito que é essencial oferecer formação contínua através de cursos específicos sobre inclusão, que abordem estratégias de ensino diferenciadas e o uso de tecnologias assistivas. Além disso, a criação de grupos de estudo e comunidades de prática entre os professores pode facilitar a troca de experiências e a colaboração na busca por soluções. O apoio de especialistas, como psicólogos e terapeutas, dentro da escola também é crucial para fornecer orientação e suporte técnico. Outro ponto importante é garantir que os professores tenham acesso a recursos pedagógicos adequados e atualizados. Por fim, promover um ambiente escolar que valorize e incentive a inclusão, com a participação ativa da direção e dos pais, reforça a importância dessa prática e contribui para o sucesso de sua implementação.”

7- Como as políticas públicas podem promover a educação inclusiva em todos os níveis?

Nayara Moreira Fernandes: “Acredito que as políticas públicas desempenham um papel crucial na promoção da educação inclusiva em todos os níveis. Primeiramente, é essencial que as políticas educacionais estabeleçam diretrizes claras e metas específicas para a inclusão de alunos com necessidades especiais em todas as escolas. Isso inclui a garantia de acesso igualitário à educação, o desenvolvimento de currículos flexíveis e a disponibilidade de recursos adequados para atender às necessidades individuais dos alunos. Além disso, as políticas públicas devem priorizar a formação e capacitação dos professores em educação inclusiva, oferecendo programas de desenvolvimento profissional e incentivando a colaboração entre escolas e instituições de ensino superior. Outro aspecto importante é o financiamento adequado para a implementação de práticas inclusivas, incluindo a construção e adaptação de infraestrutura escolar e a aquisição de tecnologias assistivas. Por fim, é fundamental que as políticas públicas promovam a conscientização e o engajamento da comunidade, estimulando a participação de pais, alunos e sociedade civil na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.”

8- Quais recursos e apoios adicionais são necessários para garantir que todos os alunos recebam uma educação de qualidade, independentemente de suas habilidades ou deficiências?

Nayara Moreira Fernandes: “Reconheço a importância de recursos e apoios adicionais para garantir que todos os alunos recebam uma educação de qualidade, independentemente de suas habilidades ou deficiências. Uma legislação abrangente que respalde essa necessidade é fundamental. Leis que assegurem o acesso à educação inclusiva, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), são essenciais para garantir que os alunos com deficiência tenham acesso a recursos e apoios necessários para sua aprendizagem.”

9- De que forma a sociedade pode contribuir para a promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa?

Nayara Moreira Fernandes: “A sociedade desempenha um papel crucial na promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa. Todos nós, como membros

dessa sociedade, podemos contribuir de diversas maneiras para garantir que todos os alunos tenham acesso a oportunidades educacionais justas e igualitárias. Isso começa com a promoção de uma cultura de respeito e aceitação da diversidade, onde as diferenças são valorizadas e celebradas. Devemos combater o preconceito e a discriminação em todas as suas formas, promovendo a inclusão em nossas comunidades e locais de trabalho.”

10- Como as tecnologias assistivas podem ajudar a promover a inclusão de alunos com necessidades especiais?

Nayara Moreira Fernandes: “As tecnologias assistivas desempenham um papel crucial na promoção da inclusão de alunos com necessidades especiais, oferecendo suporte e facilitando o acesso ao aprendizado. Essas tecnologias ajudam a superar barreiras físicas, cognitivas e comunicativas, permitindo que os alunos participem das atividades escolares e alcancem seu potencial. Por exemplo, para alunos com deficiência visual, leitores de tela e softwares de reconhecimento de voz podem ajudar na leitura e na escrita, permitindo que eles acessem o conteúdo do currículo de forma independente. Para alunos com deficiência auditiva, sistemas de amplificação sonora e legendagem em tempo real podem tornar as aulas mais acessíveis, garantindo que eles não percam informações importantes. Além disso, para alunos com dificuldades de aprendizagem, softwares educacionais específicos podem oferecer exercícios e atividades adaptados às suas necessidades, permitindo que eles desenvolvam habilidades acadêmicas de maneira mais eficaz. Essas tecnologias não apenas ajudam os alunos com necessidades especiais a se envolverem mais ativamente no processo de aprendizagem, mas também promovem a autonomia e a autoconfiança, contribuindo para sua inclusão social e acadêmica. Ao integrar tecnologias assistivas no ambiente escolar, podemos criar uma cultura de inclusão onde todos os alunos são valorizados e apoiados em seu percurso educacional.”

11- Como você avalia o progresso e o impacto da educação inclusiva em uma escola ou sistema educacional?

Nayara Moreira Fernandes: “A avaliação do progresso e do impacto da educação inclusiva em uma escola ou sistema educacional é uma tarefa complexa que requer uma abordagem multifacetada. Uma das maneiras de avaliar o progresso é por meio

de indicadores quantitativos, como taxas de matrícula e retenção de alunos com necessidades especiais, taxas de conclusão de cursos e resultados em avaliações acadêmicas.

Para complementar.

“Percebo que a visão em relação à educação inclusiva pode variar entre os próprios professores e entre os familiares dos alunos. Alguns professores podem abraçar a educação inclusiva como uma oportunidade de enriquecimento e diversidade em sala de aula, reconhecendo os benefícios acadêmicos e sociais que ela proporciona para todos os alunos. Esses professores estão abertos a aprender novas estratégias e métodos de ensino que atendam às necessidades individuais dos alunos e valorizem a colaboração com colegas e especialistas para oferecer um suporte abrangente.

No entanto, outros professores podem enfrentar desafios na aceitação da educação inclusiva, seja devido à falta de formação adequada, preocupações sobre a capacidade de atender às necessidades de todos os alunos ou resistência a mudanças na prática pedagógica. Para esses professores, é importante oferecer apoio e oportunidades de desenvolvimento profissional para aumentar sua confiança e competência na implementação de práticas inclusivas.

Quanto aos familiares dos alunos, suas visões sobre a educação inclusiva podem ser influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo experiências passadas, crenças culturais e conhecimento sobre as necessidades de seus filhos. Alguns familiares podem valorizar a inclusão como uma oportunidade para seus filhos aprenderem e crescerem em um ambiente diversificado, enquanto outros podem ter preocupações sobre a capacidade da escola de atender adequadamente às necessidades de seus filhos ou receios sobre a interação com colegas sem deficiência.

Como professora, é importante estar ciente dessas diferentes perspectivas e trabalhar para promover uma compreensão mútua e colaboração entre todos os envolvidos no processo educacional. Isso pode envolver o compartilhamento de informações sobre os benefícios da educação inclusiva, o envolvimento dos familiares na tomada de decisões sobre o suporte necessário para seus filhos e o estabelecimento de parcerias colaborativas entre escola e família para garantir o sucesso acadêmico e social de todos os alunos.”- Prof.^a Nayara Moreira Fernandes.

13. Considerações finais

A capacitação dos professores em educação inclusiva representa um pilar crucial para a transformação das práticas pedagógicas no Ensino Fundamental 1, tanto em âmbitos escolares quanto familiares. Através deste estudo, constatou-se que a formação continuada dos docentes não só eleva sua competência e confiança para lidar com a diversidade em sala de aula, mas também fortalece os laços entre escola e família, essenciais para o suporte ao desenvolvimento integral dos alunos com necessidades especiais.

Foi observado que professores bem-preparados são capazes de implementar estratégias educacionais que promovem a inclusão efetiva, adaptando o currículo e os métodos de ensino para atender às variadas demandas de seus alunos. Essa abordagem não apenas beneficia os alunos com necessidades especiais, mas também enriquece a experiência de aprendizagem de toda a classe, promovendo um ambiente de respeito mútuo e compreensão das diferenças.

Além disso, a interação constante e construtiva entre professores e famílias emerge como um fator determinante para o sucesso da educação inclusiva. A capacitação proporciona aos educadores as ferramentas necessárias para engajar os pais no processo educacional, facilitando uma abordagem holística que transcende os muros da escola e abraça o ambiente familiar, crucial para a estabilidade e progresso do aluno.

Portanto, conclui-se que investir na capacitação dos professores em educação inclusiva é investir na qualidade da educação oferecida nas escolas de Ensino Fundamental 1. Tal investimento se reflete não apenas na melhoria do desempenho acadêmico dos alunos, mas também na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde cada criança tem a oportunidade de alcançar seu pleno potencial. Com isso, reitera-se a necessidade de políticas públicas robustas e de iniciativas institucionais que priorizem e sustentem continuamente a formação de professores nessa área tão vital.

14. Referências

ALVES, Taiane. Et al. **O papel da família e do educador na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 09, Vol. 05, pp. 150-162. 2021. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/papel-da-familia>>. Acesso em: 25.mai.2024.

AUTISMO EM DIA. **Autistas na escola: como melhorar o aprendizado**, 9 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.autismoemdia.com.br/blog/autistas-na-escola-como-melhorar-o-aprendizado/>>. Acesso em: 19 mai. 2024.

ASSISTIVA TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO. **O Que é Tecnologia Assistiva**, 2024. Disponível em: <<https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Ministério da Educação: **A Etapa do Ensino Fundamental**, 2ª versão, p.175. 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 30.abr.2024.

BICHOS DO SUL. **Cão-guia é mais do que o melhor amigo da pessoa com deficiência**, 10 jul. 2019. Disponível em: <<https://bichosdosul.com.br/cao-guia-e-mais-do-que-o-melhor-amigo-da-pessoa-com-deficiencia/>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23.abr. 2024.

BRASIL. Decreto Nº 5.625, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras.

2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 29.mai.2024.

BRASIL. Lei Nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF, 3 de ago. 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm#art2>. Acesso em: 18 mai. 2024.

BRASIL. Lei Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. 2019. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm>. Acesso em: 27.mai.2024.

BRASIL. Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 23.abr.2024.

BRASIL. Lei Nº 8.069, De 13 De Julho De 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (ECA). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=Art.%20%C2%BA%20%C3%89%20dever%20da,e%20%C3%A0%20conviv%C3%A0ncia%20familiar%20e>. Acesso em: 23.abr.2024.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/205855325/lei-13146-15#art-27>>. Acesso em: 30.abr.2024.

BRASIL. Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). 2010.

Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm>. Acesso em: 29.mai.2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** 2ª versão, p. 54. 2016. Disponível em: <<https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2017/04/BNCC-Documento-Final.pdf>>. Acesso em: 03.mai.2024.

CAMARA DE NOTÍCIAS. **Câmara aprova contratação de profissional de apoio escolar para alunos da educação especial**. 2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/1012740-camara-aprova-contratacao-de-profissional-de-apoio-escolar-para-alunos-da-educacao-especial/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%204050,mat%C3%A9ria%20seguir%C3%A1%20para%20san%C3%A7%C3%A3o%20presidencial>>. Acesso em: 29.mai.2024.

CAMPOS SOROCABA. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). **Atendimento Educacional Especializado (AEE)**. 2024. Disponível em: [https://sor.ifsp.edu.br/index.php/ultimos/651-atendimento-educacionalespecializadoaee#:~:text=O%20Atendimento%20Educativo%20Especializado%20\(AEE,escolas%20comuns%20do%20ensino%20regular](https://sor.ifsp.edu.br/index.php/ultimos/651-atendimento-educacionalespecializadoaee#:~:text=O%20Atendimento%20Educativo%20Especializado%20(AEE,escolas%20comuns%20do%20ensino%20regular)>. Acesso em: 02.mai.2024.

CENSO ESCOLAR. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da educação Básica 2022**. 2023. Disponível em:<https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf>. Acesso em: 03.mai.2024.

CENTRO AUDITIVO- AUDIFONE. **Qual a diferença entre Implante Coclear (IC) e Aparelho auditivo**, 1 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.centroauditivoaudifone.com.br/qual-a-diferenca-entre-implante-coclear-ic-e-aparelho-auditivo/>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Agenda 227. **Educação Inclusiva Depende de Investimento e Políticas Públicas Intersetoriais**, 2022. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/especiais/eleicoes-2022/reportagens/educacao-inclusiva-depender-investimentos-politicas-publicas-intersetoriais/#:~:text=Em%202020%2C%20o%20governo%20de,frequentarem%20s alas%20e%20escolas%20especiais>>. Acesso em: 09.mai.2024.

DESCOBRINDO CRIANÇAS. **Intérprete De Libras E A Sua Atuação**, 24 abr. 2021. Disponível em: <<https://blog.descobrindocrianças.com.br/2021/04/24/interprete-de-libras-e-a-sua-atuacao/>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

DIAS, Vivian Ferreira. **Ações de Acessibilidade- Deficiência Física**, 2017. Disponível em: <<https://acessibilidade.paginas.ufsc.br/files/2017/06/Defici%C3%Aancia-F%C3%ADsica.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2024.

D+INFORMAÇÃO. **Contribuições da Tecnologia Assistiva**, 9 out. 2018. Disponível em: <<https://demaisinformacao.com.br/tecnologia-assistiva-entenda-sua-contribuicao-para-pessoas-com-tetraplegia/>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

DIVERSA. Instituto Rodrigo Mendes. **Planejamento escolar inclusivo: repensando a prática no início do ano letivo**, 2018 Disponível em: <<https://diversa.org.br/noticias/planejamento-escolar-inclusivo-repensando-pratica-no-inicio-ano-letivo/>>. Acesso em: 08.abr.2024.

EDUCAMUNDO. **Carros para deficientes físicos tipos de adaptações, estilo de seguros**, 10 jan. 2019. Disponível em: <<https://ava.educamundo.com.br/blog/carros-para-deficientes>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

FAXAJU. **Colégio Estadual 11 de agosto oferece ensino bilíngue para pessoas surdas. Faxaju**. 2023. Disponível em: <<https://www.faxaju.com.br/bloco-8/colegio-estadual-11-de-agosto-oferece-ensino-bilingue-para-pessoas-surdas/>>. Acesso em: 30.mai.2024

FREEDOM. **Tecnologia assistiva: como promover a inclusão da pessoa com deficiência?** 16 nov. 2017. Disponível em: <<https://blog.freedom.ind.br/tecnologia-assistiva-como-promover-a-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia/>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

FROTA, Fernando. Associação Brasileira de Educadores para Inclusão (ABREI). **Projeto de Capacitação de Professores para Lidar com Crianças e Jovens com Necessidades Educacionais Especiais.** 2020. Disponível em: <<file:///C:/Users/anapa/Downloads/1626126325-ABREI.pdf>>. Acesso em: 31.mai.2024

HANDTALK. **Tecnologias Assistivas: O Que São e Exemplos.** Disponível em: <<https://www.handtalk.me/br/blog/tecnologias-assistivas/#:~:text=Aux%C3%ADlios%20para%20pessoas%20cegas%20ou,defici%C3%Aancia%20no%20dia%20a%20dia.>>. Acesso em: 23 mai. 2024

INDEED. **O que faz um professor de apoio (responsabilidades e formação.** Indeed. 2023. Disponível em: <<https://br.indeed.com/conselho-de-carreira/encontrando-emprego/o-que-faz-professor-apoio#:~:text=Professores%20de%20apoio%20s%C3%A3o%20profissionais,no%20processo%20de%20ensino%2Daprendizagem>>. Acesso em: 29.mai.2024.

INE (Instituto Nacional De Ensino). **Como Trabalhar Com Alunos Com Altas Habilidades E Qual O Papel Do AEE?** 2024. Disponível em: <<https://www.blog.institutoine.com.br/como-trabalhar-com-alunos-com-altas-habilidades-e-qual-o-papel-do-ae/>>. Acesso em: 20 mai. 2024.

INICIE. **Como formar professores para uma educação inclusiva.** 2020. Disponível em:<<https://inicie.digital/formacao-professores-educacao-inclusiva/#:~:text=Os%20primeiros%20passos%20neste%20sentido,j%C3%A1%20realizados%20por%20outros%20professores.>>. Acesso em: 30.mai.2024

INSTITUTO ALANA. **População Brasileira é Favorável à Inclusão nas Escolas.** 2019. Disponível em: <<https://alana.org.br/o-que-a-populacao-brasileira-pensa-sobre-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 12.mai.2024

INSTITUTO INCLUSÃO BRASIL. **Altas Habilidades/Superdotação, Hiperlexia e Autismo-TEA,** 31 jan. 2022. Disponível em: <<https://institutoinclusaobrasil.com.br/altas-habilidades-superdotacao-hiperlexia-e-autismo-tea/>>. Acesso em: 20 mai. 2024.

JORNALISMO INCLUSIVO. **Arquiteto Especialista Em Acessibilidade Realiza Evento Online,** 25 set. 2020. Disponível em: <https://jornalistainclusivo.com/arquiteto-especialista-em-acessibilidade/#google_vignette>. Acesso em: 23 mai. 2024.

MARQUES, Isabela. Genial Care: **Equipe multidisciplinar na escola: importância na vida acadêmica da pessoa autista.** Marques, 19 jul. 2023. Disponível em: <<https://genialcare.com.br/blog/equipe-multidisciplinar-na-escola/#:~:text=do%20ambiente%20escolar-,A%20equipe%20multidisciplinar%20na%20escola%20desempenha%20um%20papel%20fundamental%20na,um%20ambiente%20inclusivo%20e%20acolhedor>>. Acesso em: 27 mai. 2024.

MERCUR. Inclusão: **como materiais escolares adaptados podem ajudar em sala aula,** 8 set. 2021. Disponível em: <<https://mercur.com.br/blog/inclusao-como-materiais-escolares-adaptados-podem-ajudar-em-sala-aula/>>. Acesso em 20 mai. 2024.

MEXENDO E REMEXENDO A EDUCAÇÃO. **Esportes Adaptados para Deficientes,** 7 dez. 2012. Disponível em: <<https://mexendoeremexendoaeducacao.blogspot.com/2012/12/esportes-adaptados-para-deficientes.html>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Especiais**, p. 34. 2003 Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>>. Acesso em: 12.mai.2024.

NEUROSABER. **Educação inclusiva: como trabalhar o autismo em sala de aula**, 2020. Disponível em: <<https://institutoneurosaber.com.br/artigos/educacao-inclusiva-como-trabalhar-o-autismo-em-sala-de-aula/>>. Acesso em: 19 mai. 2024.

NUPI-NÚCLEO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO. Ministério da Educação. Universidade Federal Do Recôncavo Da Bahia. Pró-reitora de Graduação. **Orientações para professores de estudantes cegos**, 2012. Disponível em: <<https://www1.ufrb.edu.br/nupi/images/documentos/Orientaes%20para%20professores%20de%20Alunos%20Cegos.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2024.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. **A Importância Da Formação Continuada Dos Educadores No Contexto Educacional Inclusivo E A Influência Da Mediação No Ensino-Aprendizagem Na Educação Especial**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 16. pp. 522-545. 2017. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/formacao-continua-educadores>>. Acesso em: 26.mai.2024.

PAGANELLI, RAQUEL. Instituto Rodrigo Mendes: Diversa: **Qual é o Preparo Necessário Para Incluir um Estudante com Deficiência?**. 2017. Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/qual-e-o-preparo-necessario-para-incluir-um-estudante-com-deficiencia/>>. Acesso em: 02.mai.2024.

PAGANELLI, RAQUEL. Instituto Rodrigo Mendes. Diversa: **O Papel Da Escola Quando Há Hipótese de Diagnóstico De Deficiência**. 2018. Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/o-papel-da-escola-quando-ha-hipotese-de-diagnostico-de-deficiencia/>>. Acesso em: 12.mai.2024.

Plataforma AZ. **Qual a Importância do Ensino Fundamental na Jornada de aprendizagem.** 2022. Disponível em: <<https://blog.plataformaaz.com.br/ensino-fundamental/>>. Acesso em: 30.abr.2024

PL 6698/2016. **Projeto de Lei que torna obrigatória a presença de profissional da área de Fonoaudiologia em todas as escolas públicas e privadas de ensino fundamental.** 2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2121364#:~:text=PL%206698%2F2016%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Torna%20obrigat%C3%B3ria%20a%20presen%C3%A7a%20de,e%20privadas%20de%20ensino%20fundamental.&text=Obrigatoriedade%2C%20fonoaudi%C3%B3logo%2C%20escola%20p%C3%ABblica%2C%20escola%20privada%2C%20ensino%20fundamental>>. Acesso em: 28.mai.2024.

PL 3.364/2019. **Regulamenta a Terapia Ocupacional e dá outras providências.** 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1775363>. Acesso em: 28.mai.2024.

PORTAL DO PROFESSOR-MEC. **Vendo Através das Mãos- O Sentido do Tato (Inclusão),** 2009. Disponível em:<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=9524>>. Acesso em: 18 mai. 2024.

POSTURAL E ORTOPEDIA TÉCNICA. **Cadeiras de Rodas e Carrinhos Adaptados: Manual ou Digitalizado,** 2016, Itajaí- SC. Disponível em: <<https://adpostural.com.br/caadeiras-de-rodas-e-carrinhos-adaptados-em-itajai-e-regiao/>> . Acesso em: 23 mai. 2024.

PROJETO ESCOLA VIVA. Garantindo o Acesso e Permanência de Todos os Alunos na Escola. Alunos com Necessidades Especiais. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Adaptações Curriculares de Pequeno Porte,** p.

11. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha06.pdf>>. Acesso em: 14.mai.2024.

PROJETO SUPERAÇÃO. **Qual a Diferença entre Prótese e Órtese**, 16 mar. 2017. Disponível em: <<https://tccprojetosuperacao.blogspot.com/2017/03/qual-diferenca-entre-protese-e-ortese.html>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

REVISTA FT. **A Importância Da Comunicação Alternativa Na Educação De Crianças Com Deficiências- Ciências Humanas**, 21 jan. 2024, vol. 8, ed. 130/jan. 2024. Disponível em: <<https://revistaft.com.br/a-importancia-da-comunicacao-alternativa-na-educacao-de-criancas-com-deficiencias/>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

RODRIGUES, LEANDRO. Instituto Itard. - Cursos de educação Especial. **O que é atividade adaptada?** 2023. Disponível em: < <https://institutoitard.com.br/o-que-e-atividade-adaptada/> >. Acesso em: 16.mai.2024.

RODRIGUES, LEANDRO. Instituto Itard. - Cursos de educação Especial. **O Que é Educação Inclusiva? Um Passo a Passo Para a Inclusão Escolar**. Itard, 2017. Disponível em: <<https://institutoitard.com.br/o-que-e-educacao-inclusiva-um-passo-a-passo-para-a-inclusao-escolar/>>. Acesso em: 30.abr.2024

RODRIGUES, Leandro. Instituto Itard- **Tecnologia Assistiva: o que é e como usar na escola sem saber informática**, 30 abr. 2019. Disponível em: <<https://institutoitard.com.br/tecnologia-assistiva-o-que-e-e-como-usar-na-escola-sem-saber-informatica/>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

RODRIGUES, SONIA MARIA. Instituto Rodrigo Mendes: **Educação Inclusiva e Formação Docente**. 2012. Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/educacao-inclusiva-e-formacao-docente/#:~:text=Os%20professores%20capacitados%2C%20para%20serem,pedag%C3%B3gica%20para%20atender%20as%20suas>>. Acesso em: 02.mai.2024.

SÃO PAULO (Estado), [Constituição (1989)]. Constituição do Estado de São Paulo. São Paulo, SP. Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. 1989. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/compilacao-constituicao-0-05.10.1989.html>. Acesso em: 08.mai.2024.

SILVA, Márcia Altina Bonfá. **A Atuação De Uma Equipe Multiprofissional No Apoio À Educação Inclusiva**. Universidade Federal De São Carlos Centro de Educação e Ciências Humanas Departamento de Psicologia Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Silva,2016, São Carlos-SP, p.35. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7545/DissMABS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 mai. 2024.

TERAPIA OCUPACIONAL INFANTIL. **Uso Funcional de Tesoura**, 29 ago. 2010. Disponível em: <https://johannaterapeutaocupacional.blogspot.com/2010/08/uso-funcional-de-tesoura.html>. Acesso em: 20 mai. 2024.

UNIFAE. **A Capacitação de Professores é o Grande Desafio da Educação Inclusiva**. Unifae, 2020. Disponível em: <https://www.fae.br/unifae2/a-capacitacao-de-professores-e-o-grande-desafio-da-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 30.abr.2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI. **Tecnologia Assistiva**, 31 jan. 2018. Disponível em: https://ufsj.edu.br/incluir/tecnologias_assistivas.php. Acesso em: 23 mai. 2024.

WIKIPÉDIA, A Enciclopédia Livre. **Educação no Brasil**. Wikipédia, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil. Acesso em: 08 de abr. 2024.

WIKIPÉDIA, A Enciclopédia Livre. **Fita Quebra- Cabeças**. 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fita_quebra-cabe%C3%A7as. Acesso em: 25.mai.2024.